

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume I*

56^a edição
Revista,
atualizada
e ampliada

- Teoria Geral do
Direito Processual Civil
- Processo de Conhecimento
- Procedimento Comum



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1985

56ª edição – 2015

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T289c

Theodoro Júnior, Humberto.

Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I / Humberto Theodoro Júnior. 56. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-6056-8

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDU: 347.9

347.9(81)
/341.46/

Índice da Matéria

Apresentação da 56ª Edição XXXV

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º Direito Processual Civil	3
1. Noções gerais	3
2. Definição	4
3. Natureza.....	5
4. Relações com outros ramos do Direito	5
5. Objetivo	7
6. Novos rumos do direito processual civil.....	8
7. Universalidade dos problemas do processo moderno.....	10
§ 2º História do Direito Processual Civil.....	12
8. Origens	12
9. Evolução: mundo clássico. Grécia.....	12
10. O processo civil romano.....	13
11. Processo comum	14
12. O processo civil moderno (fase científica)	16
13. Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI	16
14. Direito processual civil brasileiro.....	17
15. Regulamento nº 737.....	18
16. Códigos estaduais.....	19
17. Códigos unitários.....	19
18. O Código de 1973	20
19. As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil.....	21
20. A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional	23
21. O Novo Código de Processo Civil	25
§ 3º Fontes do Direito Processual Civil	31
22. Noções gerais	31

23. Lei processual.....	32
24. A Constituição e os tratados.....	34
25. Doutrina e jurisprudência.....	35
26. A lei processual no tempo.....	38
27. A lei processual no espaço.....	39
28. Interpretação das leis processuais.....	39

Capítulo II – Princípios e Normas Fundamentais do Processo Civil

§ 4º Princípios Informativos do Direito Processual.....	43
29. Noções gerais: princípios universais.....	43
30. Princípios informativos e normas fundamentais do processo.....	46
31. Princípio do devido processo legal.....	47
32. Processo legal e processo justo.....	50
33. Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	54
34. Princípio da verdade real.....	56
35. Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	59
36. Princípio da oralidade.....	61
36.1. Processo justo e oralidade.....	62
36.2. Processo justo e humanização da prestação jurisdicional.....	63
37. Princípio da economia processual.....	64
38. Princípio da duração razoável do processo.....	65
39. Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	66
§ 5º Normas Fundamentais do Processo Civil.....	67
40. Noções introdutórias.....	67
41. Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	68
42. Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	70
43. Princípio da demanda.....	72
44. Acesso à Justiça (art. 3º).....	74
45. Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	75
46. Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º).....	75
47. Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	77
48. Boa-fé (art. 5º).....	78
49. Princípio da cooperação (art. 6º).....	81
50. Princípio do processo justo e efetivo.....	85
51. Contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10).....	86
52. Princípio da legalidade (art. 8º).....	89
53. Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º).....	91
54. Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º).....	93
55. Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11).....	94
56. Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12).....	95

§ 6º Aplicação das Normas Processuais.....	97
57. Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13)	97
58. Legislação estadual concorrente.....	98
59. Aplicação imediata da lei processual (art. 14)	98
60. Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15).....	99

Capítulo III – Da Função Jurisdicional

§ 7º Jurisdição, Processo e Ação	101
61. Imperatividade da ordem jurídica	101
62. Justiça privada e justiça pública.....	101
63. As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação).....	102
§ 8º Jurisdição	104
64. Jurisdição.....	104
65. Jurisdição, função e efetividade.	107
66. Características da jurisdição.....	108
67. Imparcialidade e disponibilidade.....	111
68. Objetivo da jurisdição	113
69. Efetividade da tutela jurisdicional.....	114
70. Princípios fundamentais	115
71. Jurisdição civil	116
72. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	117
73. Substitutivos da jurisdição	121
74. A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	122
75. Panorama global do aprimoramento da jurisdição, na evolução do Estado de Direito.....	125
§ 9º Processo	129
76. Conceito	129
77. A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	130
78. Processo e procedimento	131
79. Características do procedimento	134
80. Autonomia do processo.....	135
81. Espécies de processo	136
82. Funções do processo.....	137
83. Independência dos processos	138
84. Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	139
85. Tutela ordinária e tutela de urgência	140
86. Tutela sancionatória e tutela inibitória.....	141
87. Pressupostos processuais.....	142
88. Os pressupostos processuais e a nulidade do processo	144
§ 10. Ação	149
89. O monopólio estatal da justiça	149

90. A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	149
91. Autonomia do direito de ação	151
92. A evolução do conceito de ação	151
93. Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	153
94. A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	153
95. Condições da ação.....	155
96. Enumeração e conceituação das condições da ação.....	158
97. Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil.....	160
98. Limites temporais da apreciação das condições de ação.....	165
99. Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa	167
100. Classificação das ações	169
101. Ação e pretensão	170
102. Ação e pretensão nos planos material e processual.....	171
103. Ação e causa.....	174
104. Elementos identificadores da causa.....	175
105. Cumulação de ações	177
106. A defesa do réu	178
107. Espécies de resposta.....	179

Capítulo IV – Elementos e Efeitos do Processo

§ 11. Elementos do Processo.....	181
108. Visão dinâmica e estática do processo	181
109. A relação processual	182
110. Classificação dos elementos do processo.....	183
§ 12. Efeitos da Relação Processual.....	184
111. Noções gerais	184
112. Direitos processuais	184
113. Obrigações processuais	184
114. Deveres processuais	184
115. Ônus processuais.....	185

Parte II – Competência

Capítulo V – Limites da Jurisdição Nacional

§ 13. Noções Gerais.....	187
116. Conceito	187
117. Distribuição da competência.....	188
118. Classificação da competência.....	189
§ 14. Competência Internacional.....	190
119. Noções gerais.....	190

120. Espécies de competência internacional.....	190
121. Competência concorrente e litispendência	192
§ 15. Cooperação Internacional	194
122. Noções gerais.....	194
123. Modalidades de cooperação	196
124. Do auxílio direto	196
125. Da carta rogatória	197
126. Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória.....	198
§ 16. Competência Interna.....	199
127. Noções gerais.....	199
128. Competência em matéria civil.....	200
129. Competência da Justiça Federal	201
130. Competência das Justiças Estaduais	203
§ 17. Critérios de Determinação da Competência Interna.....	204
131. Generalidades.....	204
132. Competência do foro e competência do juiz.....	206
133. Divisão da competência do foro.....	206
134. Cumulatividade de juízos competentes.....	206
135. Competência por distribuição.....	206
136. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	207
§ 18. Competência em razão do valor da causa e em razão da matéria.....	212
137. Competência em razão do valor da causa.....	212
138. Competência em razão da matéria	212
§ 19. Competência Funcional	213
139. Conceito	213
140. Classificação.....	213
141. Casos de competência funcional por graus de jurisdição.....	214
142. Casos de competência funcional pelo objeto do juízo.....	214
§ 20. Competência Territorial.....	215
143. Conceito	215
144. Foro comum.....	216
145. Foros subsidiários ou supletivos	216
146. Foros especiais	217
147. Ações reais imobiliárias.....	218
148. Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	218
149. Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	220
150. Foros <i>ratione personae</i>	223
151. Foro das pessoas jurídicas.....	224

152. Foro dos Estados e Municípios.....	224
153. Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	225
154. Foro relativo à arbitragem.....	226
155. Foro do idoso.....	226
156. Foro central e foros distritais ou regionais.....	227
§ 21. Modificações da Competência	230
157. Competência absoluta e competência relativa	230
158. Prorrogação de competência	231
159. Prorrogação legal. Conexão e continência.....	232
160. Modalidades de conexão.....	233
161. Continência.....	234
162. Intensidade da conexão.....	235
163. Efeito prático da conexão.....	238
164. Efeito prático da continência.....	239
165. Prevenção	240
166. A prevenção em caso de continência de ações.....	240
167. A conexidade e a competência absoluta.....	241
168. Oportunidade da reunião das ações conexas	242
169. Outros casos de prorrogação legal.....	243
170. Conexão entre ação penal e ação civil.....	244
171. Prorrogação voluntária.....	247
172. Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	249
173. Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão	250
174. Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal	251
§ 22. Declaração de Incompetência	253
175. Verificação de competência	253
176. Alegação de incompetência	254
177. Foro de eleição e declinação de competência.....	255
§ 23. Conflito de Competência	258
178. Noções gerais.....	258
179. Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	259
180. Procedimento do conflito	260
181. Efeitos do conflito	261
§ 24. Cooperação Nacional	263
182. Noções gerais.....	263
Parte III – Sujeitos do Processo	
<i>Capítulo VI – Partes e Procuradores</i>	
§ 25. Partes.....	265

183. Partes.....	265
184. Nomenclatura	266
185. Substituição processual	267
186. Sucessão de parte e alienação do bem litigioso.....	269
187. Capacidade processual	270
188. Massas patrimoniais personalizadas.....	271
189. Capacidade processual das pessoas casadas	272
190. Curatela especial.....	276
191. Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	277
192. Incapacidade processual e irregularidade de representação	279
§ 26. Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	281
193. Deveres	281
194. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	283
195. Responsabilidade das partes por dano processual.....	287
196. Direitos	289
197. Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves	290
§ 27. Despesas e Multas	292
198. Ônus financeiro do processo	292
199. Antecipação das despesas	293
200. Autor residente fora do Brasil (<i>cautio pro expensis</i>)	295
201. A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	296
202. Ressalvas aos efeitos da sucumbência	297
203. Extinção do processo por perda do objeto	298
204. Sucumbência recíproca	300
205. Realização da obrigação de pagar as despesas processuais.....	300
206. Multas	301
207. Honorários de advogado.....	301
208. Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado	302
209. Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos	303
210. Honorários do curador especial.....	303
211. Cabimento da verba sucumbencial de honorários	305
212. Inoperância da sucumbência.....	310
213. Fixação dos honorários	311
214. Critérios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública....	312
215. Alguns casos especiais de fixação de honorários	314
216. Execução dos honorários de sucumbência.....	315
217. Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios	316
218. Assistência judiciária (gratuidade da justiça).....	316
219. Assistência judiciária e atos notariais ou registrais.....	319
220. Procedimento para obtenção da assistência judiciária	320

221. Regime especial de intimação da Defensoria Pública.....	321
222. Revogação do benefício.....	321
§ 28. Advogados.....	323
223. Capacidade de postulação.....	323
224. O mandato judicial.....	323
225. Revogação e renúncia do mandato.....	325
226. Direitos e deveres.....	325
§ 29. Sucessão das Partes e dos Procuradores.....	328
227. Sucessão de parte.....	328
228. Sucessão do advogado.....	330
<i>Capítulo VII - Pluralidade de Partes</i>	
§ 30. Litisconsórcio.....	333
229. Pluralidade de partes.....	333
230. Classificações.....	334
231. Espécies de litisconsórcio.....	334
232. Sistema do Código.....	336
233. Casos legais de litisconsórcio.....	337
234. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário.....	338
235. Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo novo Código.....	339
236. Litisconsórcio necessário ativo e passivo.....	341
237. Mobilidade da posição processual do litisconsorte necessário.....	342
238. Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	344
239. Citação do litisconsorte necessário ordenada pelo juiz.....	345
240. Litisconsórcio facultativo unitário.....	347
241. Litisconsórcio facultativo recusável.....	348
242. Posição de cada litisconsorte no processo.....	349
243. Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	351
§ 31. Intervenção de Terceiros.....	352
244. Conceito.....	352
245. Classificações.....	352
§ 32. Assistência.....	355
246. Conceito.....	355
247. Pressupostos da intervenção.....	355
248. Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	357
249. Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial.....	359
250. Procedimento.....	360
251. Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial.....	361
252. Encargos do assistente e limites de sua atuação.....	362

253. Recursos	364
254. A assistência e a coisa julgada.....	365
255. Assistência provocada.....	366
256. Assistência atípica ou negociada.....	367
257. Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual.....	368
258. O recurso de terceiro prejudicado	369
§ 33. Denúnciação da Lide.....	372
259. Conceito	372
260. Denúnciação da lide em outros sistemas jurídicos.....	374
261. Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano.....	375
262. Obrigatoriedade da denúnciação da lide	378
263. Casos de não cabimento da denúnciação da lide.....	379
264. Objetivo do incidente	380
265. Legitimação.....	380
266. Procedimento	381
267. Efeitos da denúnciação da lide	383
268. Cumprimento da sentença que acolhe a denúnciação.....	385
269. Recursos	386
270. Execução da sentença	386
271. Denúnciações sucessivas.....	388
§ 34. Chamamento ao Processo.....	391
272. Conceito	391
273. Casos de admissibilidade do incidente	391
274. Procedimento	393
275. Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	394
276. O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil.....	394
§ 35. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	397
277. A desconsideração da personalidade jurídica.....	397
278. A desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	398
279. Procedimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	399
280. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica.....	400
281. Prevenção contra a fraude.....	400
§ 36. <i>Amicus Curiae</i>	403
282. Conceito	403
283. Natureza jurídica.....	404
284. Procedimento da intervenção	406
285. Poderes do <i>amicus curiae</i>	408

286. Deslocamento de competência.....	409
287. Custas e honorários processuais	409

Capítulo VIII – Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça

§ 37. Organização Judiciária	411
288. O Poder Judiciário brasileiro.....	411
289. Duplo grau de jurisdição.....	413
290. Jurisdição extraordinária.....	413
291. Competência.....	414
292. Disciplina da magistratura	415
§ 38. Órgãos Judiciários.....	416
293. Juízes	416
294. Requisitos de atuação do juiz	416
295. Garantias da magistratura.....	417
296. Poderes e deveres procedimentais do juiz	418
297. Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório	422
298. Atividade criativa do juiz	424
299. Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial.....	425
300. Responsabilidade do juiz.....	428
301. Garantia de imparcialidade do juiz.....	429
302. Casuismo legal.....	429
303. Juiz-testemunha.....	431
304. Exclusão do juiz suspeito ou impedido	432
305. Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição	432
306. Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais	435
§ 39. Auxiliares da Justiça.....	437
307. O juízo	437
308. Escrivão ou chefe de secretaria.....	437
309. Oficial de justiça.....	440
310. Perito.....	441
311. Depositário e administrador	443
312. Intérprete e tradutor	444
313. Dos conciliadores e mediadores judiciais	444
314. Outros auxiliares eventuais.....	450

Capítulo IX – Sujeitos Especiais do Processo

§ 40. O Ministério Público	451
315. Conceito	451
316. Funções.....	452
317. Natureza	453

318. Ministério Público como parte.....	454
319. Ministério Público como <i>custos legis</i>	455
320. Ausência do Ministério Público no processo.....	456
321. Órgãos do Ministério Público.....	456
322. Princípios e garantias.....	457
323. Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público.....	458
§ 41. Da Advocacia Pública.....	459
324. Conceito, funções e prerrogativas.....	459
325. Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Pública dos entes federados.....	459
§ 42. Da Defensoria Pública.....	460
326. Conceito, funções e prerrogativas.....	460
327. Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública.....	460
Parte IV – Atos Processuais	
<i>Capítulo X – Fatos Jurídicos Processuais</i>	
§ 43. Atos Processuais.....	461
328. Conceito.....	461
329. Características e natureza dos atos processuais.....	462
330. Agentes.....	463
331. Atos do processo e atos do procedimento.....	464
332. Classificação dos atos processuais.....	465
333. Forma dos atos processuais.....	466
334. Publicidade.....	468
335. Meios de expressão.....	469
336. Os negócios jurídicos processuais.....	470
337. Calendário para a prática de atos processuais.....	471
338. O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar.....	472
339. O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil.....	474
340. A prática eletrônica de atos processuais no novo Código de Processo Civil.....	476
341. O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	478
§ 44. Atos da Parte.....	480
342. Conceito e classificação.....	480
343. Eficácia dos atos das partes.....	481
344. Petições e autos suplementares.....	482
345. Cotas marginais e interlineares nos autos.....	483
§ 45. Atos do Juiz.....	484
346. Atividade processual do juiz.....	484
347. Atos decisórios.....	484

348. Definições legais.....	485
349. Decisão interlocutória	488
350. Despachos	489
351. Sentença.....	490
352. Atos não decisórios.....	493
353. Forma dos atos decisórios.....	494
§ 46. Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria.....	496
354. Documentação e comunicação dos atos processuais	496
355. Autuação.....	497
356. Termos processuais	498
357. Forma dos termos	498

Capítulo XI – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 47. O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	501
358. O tempo.....	501
359. Feriados e férias forenses.....	502
360. Processos que correm nas férias.....	504
361. Férias e recesso forense.....	504
362. O lugar	505
§ 48. Prazos.....	507
363. Disposições gerais	507
364. Classificação.....	508
365. Natureza dos prazos.....	508
366. Interpretação e aplicação das regras sobre prazo.....	510
367. O curso dos prazos.....	510
368. Contagem dos prazos: termo inicial.....	514
369. Contagem dos prazos no processo eletrônico	517
370. Prazos para recurso.....	519
371. Ciência inequívoca.....	521
372. Termo final.....	522
373. Preclusão	523
374. Prazos para as partes.....	524
375. Prazos para o juiz e seus auxiliares	525
376. Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública	526
377. Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	527
378. Inobservância de prazo da parte	527
379. Inobservância dos prazos do juiz.....	528

Capítulo XII – O Intercâmbio Processual

§ 49. Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo.....	531
380. Intercâmbio processual	531

381. Forma dos atos de comunicação	532
382. A comunicação eletrônica.....	532
383. Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, precatórias e rogatórias	532
384. Requisitos das cartas.....	533
385. Cumprimento das cartas.....	535
386. Cartas urgentes.....	536
387. Custas nas cartas	536
388. Cartas rogatórias	537
§ 50. Citação	538
389. Conceito	538
390. Suprimento da citação	539
391. Destinatário da citação inicial	541
392. Local da citação	542
393. Impedimento legal de realização da citação	542
394. Modos de realizar a citação.....	543
395. Citação por oficial de justiça	544
396. Citação com hora certa.....	546
397. Citação pelo correio.....	548
398. Citação por edital.....	550
399. Citação por meio eletrônico	552
400. Responsabilidade do promovente da citação-edital	553
401. Efeitos da citação.....	553
402. Litispêndência.....	554
403. Litigiosidade	554
404. Mora.....	555
405. Prescrição.....	555
406. Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	556
407. A força de interpelação reconhecida à citação	557
§ 51. Intimações.....	559
408. Conceito	559
409. Forma.....	559
410. Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	565
411. Aperfeiçoamento da intimação	567
412. Intimação em audiência	568
413. Intimação por edital ou com hora certa.....	569
414. Efeitos da intimação.....	569
<i>Capítulo XIII</i>	
§ 52. Nulidade.....	571
415. Conceito	571

416. Espécies de vícios do ato processual.....	572
417. Atos inexistentes.....	572
418. Noção de nulidade.....	573
419. Atos absolutamente nulos.....	573
420. Atos relativamente nulos.....	574
421. Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	575
422. Sistema de nulidades do Código.....	576
423. Nulidades cominadas pelo Código.....	577
424. Nulidades da citação e intimação.....	578
425. Arguição das nulidades.....	579
426. Momento da arguição.....	579
427. Decretação de nulidade.....	580
428. Efeitos da decretação.....	580

Capítulo XIV – Outros Atos Processuais

§ 53. Registro, Distribuição e Valor da Causa.....	583
429. Noções introdutórias.....	583
430. Registro.....	583
431. Distribuição.....	583
432. Distribuição por dependência.....	585
433. Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	586
434. Valor da causa.....	590
435. Impugnação ao valor da causa.....	593

Parte V – TUTELA PROVISÓRIA

Capítulo XV – Tutela de urgência e tutela da evidência

§ 54. Noções Gerais.....	595
436. Introdução.....	595
437. Tutelas de urgência e da evidência.....	596
438. Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas sumárias provisórias.....	597
439. A abolição da ação cautelar.....	600
440. A visão unitária da tutela de urgência.....	601
441. Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência.....	602
442. Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência.....	603
443. Regras comuns a todas as tutelas provisórias.....	604

Capítulo XVI – Tutelas de Urgência (I)

§ 55. Classificação, Características, Requisitos, Iniciativa, Forma e Conteúdo.....	607
444. Classificação das tutelas provisórias cautelares.....	607
445. Requisitos da tutela provisória de urgência.....	609
446. O <i>fumus boni iuris</i>	609
447. O <i>periculum in mora</i>	610

448. Reversibilidade	611
449. Perigo de dano reverso	612
450. Fungibilidade das tutelas de urgência	613
451. Necessidade de fundamentação adequada	614
452. Medida liminar <i>inaudita altera parte</i>	615
453. Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público	616
454. Comprovação dos requisitos da medida liminar	617
455. Distinção entre liminar e medida de urgência	618
456. Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	619
457. Contracautela.....	621
458. Oportunidade da tutela de urgência.....	623
459. Iniciativa da tutela de urgência e da evidência.....	623
460. Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas	625
461. Poder discricionário na tutela de urgência genérica	626
462. Forma e conteúdo das tutelas de urgência.....	626
463. A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida.....	627
464. Aplicação prática de medidas inominadas	628
465. Limites do poder geral de cautela	629

Capítulo XVII – Tutelas de Urgência (II)

§ 56. Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência.....	633
466. Competência.....	633
467. Os procedimentos das tutelas de urgência.....	635
468. Tutela de urgência incidental.....	636
469. Tutela de urgência antecedente	636
§ 57. Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência Conservativa Antecedente .	638
470. Petição inicial.....	638
471. Lide e seu fundamento	638
472. Exposição sumária do direito que se visa assegurar	639
473. Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional	639
474. Outros requisitos da petição inicial.....	639
475. Despacho da petição inicial e a citação do réu.....	640
476. A defesa do réu	640
477. Prazo para o autor deduzir o pedido principal	642
478. Inobservância do prazo de dedução do pedido principal	643
479. Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada.....	643
480. Procedimento de dedução do pedido principal.....	644
481. Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia.....	645
§ 58. Procedimento da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente.....	647
482. Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa	647

483. Legitimação.....	649
484. Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa	649
485. Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito.....	651
486. Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do NCPC ...	657
487. Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa	658
488. Defesa do sujeito passivo da medida de urgência da medida de urgência satisfativa antecedente	661
489. Pedido de reconsideração	662
490. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória	663
491. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar	664
§ 59. Estabilização da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente.....	667
492. O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015	667
493. Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa.....	669
494. Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena	670
§ 60. Normas Comuns às Tutelas Urgentes.....	672
495. Extinção das tutelas de urgência antecedentes.....	672
496. Responsabilidade civil pela tutela de urgência.....	673
<i>Capítulo XVIII – Tutela Da Evidência</i>	
§ 61. Regime Particular da Tutela da Evidência	675
497. Tutela da evidência.....	675
498. Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência.....	676
499. Legitimação.....	678
500. O casuismo legal da tutela da evidência.....	679
<i>Capítulo XIX – Força das Medidas Provisórias</i>	
§ 62. Decisão e Cumprimento das Medidas Provisórias.....	685
501. Julgamento da pretensão à tutela provisória	685
502. Cumprimento das medidas de urgência	685
503. Mandamentalidade das medidas de tutela sumária	689
504. Execução das medidas urgentes satisfativas	690
505. Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência.....	691
506. Provisoriamente do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias.	692
<i>Capítulo XX – Medidas Cautelares Nominadas</i>	
§ 63. Regime do Novo CPC.....	693
507. Introdução.....	693
508. Arresto	693

509. Sequestro.....	694
510. Arresto e sequestro	695
511. Arrolamento de bens	695
512. Registro de protesto contra alienação de bens	696
513. Outras medidas cautelares tradicionais.....	697

Parte VI – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XXI – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 64. Introdução.....	701
514. Noções gerais.....	701
§ 65. Formação do Processo.....	703
515. O processo.....	703
516. Sujeitos da relação jurídico-processual	703
517. Início do processo	705
518. Formação gradual da relação processual	706
519. Estabilização do processo.....	706
520. Alteração do pedido.....	707
521. Alterações subjetivas.....	708
§ 66. Suspensão do Processo.....	709
522. Conceito	709
523. Os casos de suspensão do processo	710
524. Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	711
525. Suspensão por convenção das partes.....	712
526. Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz	713
527. Suspensão por prejudicialidade.....	713
528. Prejudicialidade e conexão	715
529. Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	716
530. Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo	716
531. Suspensão por motivo de força maior.....	717
532. Outros casos legais de suspensão.....	717
533. Férias e suspensão do processo	718
534. Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal	719
§ 67. Extinção do Processo.....	720
535. Encerramento da relação processual.....	720
536. Sentenças definitivas e terminativas.....	720

Parte VII – Processo e Procedimento

Capítulo XXII – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 68. Processo e Procedimentos de Cognição	723
--	-----

537. Processo.....	723
538. Procedimento	724
539. Procedimentos no processo de cognição.....	725
540. Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	726
541. Esquema do procedimento comum.....	727
542. Fases do procedimento comum	728
543. Fase postulatória.....	728
544. Fase saneadora.....	729
545. Fase instrutória.....	729
546. Fase decisória.....	730
547. Adequação do procedimento	730
§ 69. Procedimento Sumário.....	733
548. Introdução.....	733
549. Causas de rito sumário	733
550. Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	734
551. Outras causas de procedimento sumário.....	737
552. Indisponibilidade do rito sumário.....	738
553. O procedimento	739
554. A petição inicial e seu despacho.....	740
555. A citação e a resposta do réu	741
556. Audiência de conciliação	743
557. Audiência de instrução e julgamento	745
558. Revelia.....	745
559. Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência	746

Parte VIII – Procedimento Comum

Capítulo XXIII – Fase de Postulação

§ 70. Petição Inicial	749
560. Fases do procedimento comum	749
561. Petição inicial.....	751
562. Requisitos da petição inicial	751
563. Despacho da petição inicial	754
564. Casos de indeferimento da petição inicial.....	757
565. Extensão do indeferimento.....	758
566. Improcedência liminar do pedido	759
567. Intimação da sentença <i>prima facie</i>	761
568. Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	762
569. Preservação do contraditório e ampla defesa.....	762
570. Efeitos do despacho da petição inicial.....	763
§ 71. O Pedido.....	766
571. Petição inicial.....	766

572. Pedido.....	766
573. Requisitos do pedido.....	767
574. Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens.....	767
575. Pedido concludente.....	769
576. Pedido genérico.....	769
577. Pedido cominatório.....	770
578. Pedido alternativo.....	771
579. Pedidos subsidiários.....	772
580. Pedido de prestações periódicas.....	773
581. Pedido de prestação indivisível.....	774
582. Pedidos cumulados.....	774
583. Espécies de cumulação de pedidos.....	776
584. Interpretação do pedido.....	776
585. Pedidos implícitos.....	777
586. Aditamento e modificação do pedido.....	777
§ 72. A audiência de conciliação ou de mediação.....	779
587. Introdução.....	779
588. Audiência preliminar de conciliação ou de mediação.....	779
589. Prazo para a contestação.....	781
§ 73. A Resposta do Réu.....	783
590. A defesa do réu.....	783
591. A resposta do réu.....	783
592. Espécies de defesa.....	785
593. Defesa processual.....	785
594. Defesa de mérito.....	786
595. Reconvenção.....	787
596. Síntese.....	787
§ 74. Contestação.....	788
597. Conceito.....	788
598. Conteúdo e forma da contestação.....	789
599. Ônus da defesa especificada.....	789
600. Preliminares da contestação.....	791
601. Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares.....	794
602. Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i>	795
603. Alegação de incompetência do juízo.....	796
604. Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro.....	797
605. Réplica ou impugnação do autor.....	797
§ 75. Reconvenção.....	798
606. Conceito.....	798

607. Contestação reconvenção: uma inovação do novo Código de Processo Civil.....	799
608. Pressupostos da reconvenção	800
609. Reconvenção e compensação	803
610. Procedimento	805
611. Reconvenção sem contestação	807
612. Extinção do processo principal.....	807
§ 76. Revelia e Reconhecimento do Pedido	809
613. Revelia.....	809
614. Os efeitos da revelia	810
615. Alteração do pedido.....	813
616. Reconhecimento da procedência do pedido	814

Capítulo XXIV – Fase de Saneamento

§ 77. Providências Preliminares.....	815
617. Conceito	815
618. Réplica do autor.....	816
619. Revelia e provas	817
620. Intervenção do Ministério Público.....	818
621. Ação declaratória incidental.....	818
622. Outras providências preliminares.....	818

§ 78. Julgamento Conforme O Estado do Processo.....	820
623. Conceito	820
624. Extinção do processo.....	821
625. Julgamento antecipado do mérito.....	822
626. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	823
627. Liquidação e execução da decisão antecipada parcial.....	825
628. Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado.....	825

§ 79. Saneamento e Organização do Processo.....	828
629. Decisão de saneamento	828
630. Cabimento.....	829
631. Conteúdo.....	829
632. Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento	831
633. Formas da decisão de saneamento.....	833

Capítulo XXV

§ 80. Audiência de Instrução e Julgamento.....	835
634. Audiência	835
635. Características da audiência	836
636. Atos preparatórios.....	838
637. Adiamento da audiência.....	839
638. Antecipação de audiência	841

639. Conciliação	841
640. Procedimento da conciliação	843
641. Instrução e julgamento.....	844
642. Documentação da audiência	845

Capítulo XXVI – Fase Probatória

§ 81. A Prova	849
643. Conceito	849
644. Direito fundamental à prova	850
645. Características da prova	852
646. Objeto da prova	853
647. Finalidade e destinatário da prova.....	856
648. Prova e verdade	857
649. Valoração da prova.....	859
650. Sistema legal da valorização da prova	860
651. O sistema do Código	864
652. Poder de instrução do juiz	865
653. Iniciativa probatória do juiz e democracia	870
654. Garantismo processual e ativismo judicial	872
§ 82. Ônus da Prova	875
655. Ônus da prova.....	875
656. Ônus da prova: natureza	876
657. Os dois aspectos do ônus da prova	877
658. Sistema legal do ônus da prova.....	879
659. Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	881
660. Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova	881
661. Distribuição estática do ônus da prova	882
662. Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	884
663. Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova.....	889
664. O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário.....	891
665. Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório	892
666. Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual	892
667. Ônus dinâmico da prova e contraditório.....	893
668. A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis	894
669. Ônus da prova nas ações do consumidor	896
670. Convenção sobre ônus da prova	897
§ 83. Meios de Prova	899
671. Meios de prova	899
672. Prova por presunção.....	900
673. Presunção legal e ficção legal.....	902
674. Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz	902

675. Procedimento probatório.....	903
676. Instrução por meio de carta.....	905
677. Dever de colaboração com a Justiça	906
678. Prova emprestada.....	907
679. Boa-fé e prova.....	909
§ 84. Da Produção Antecipada da Prova.....	912
680. Noções introdutórias.....	912
681. Antecipação de prova	912
682. Cabimento.....	913
683. Oportunidade.....	916
684. Objeto da antecipação de prova	916
685. Competência.....	917
686. Procedimento	917
687. Sentença.....	919
688. Valoração da prova antecipada	919
689. Eficácia	919
690. Medida <i>inaudita altera parte</i>	920
691. Despesas processuais.....	920
692. Destino dos autos.....	920
<i>Capítulo XXVII – Meios Legais de Prova</i>	
§ 85. Ata Notarial.....	923
693. Conceito	923
694. Natureza da ata notarial	924
695. Necessidade de requerimento da parte interessada.....	925
696. Falsidade da ata	925
697. Exemplos de fatos registráveis em ata notarial.....	925
§ 86. Depoimento Pessoal	927
698. Conceito	927
699. Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal.....	927
700. Legitimação para o depoimento.....	928
701. Objeto do depoimento pessoal.....	929
702. Procedimento	929
§ 87. Confissão.....	931
703. Conceito	931
704. Requisitos da confissão	932
705. Classificações.....	933
706. Efeitos da confissão.....	933
707. Indivisibilidade da confissão	934
708. Valor da confissão extrajudicial	935

§ 88. Exibição de Documento ou Coisa.....	936
709. Conceito	936
710. Oportunidade da medida.....	937
711. Legitimação.....	937
712. Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte	937
713. Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	940
§ 89. Prova Documental	944
714. Conceito	944
715. Força probante dos documentos.....	945
716. Documentos públicos.....	946
717. Reprodução de documentos públicos	947
718. Documentos particulares	948
719. Valor probante do documento particular	949
720. Telegramas, cartas, registros domésticos	951
721. Livros empresariais	952
722. Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	954
723. Reprodução de documentos particulares	955
724. Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	956
725. Documentos viciados em sua forma	957
726. Falsidade documental.....	958
727. Espécies de falsidade.....	958
728. Ônus da prova.....	960
729. A arguição de falsidade	961
730. Procedimento do incidente de falsidade.....	962
731. Facultatividade do incidente de falsidade.....	964
732. Produção da prova documental	965
733. Desentranhamento de documentos.....	968
§ 90. Documentos Eletrônicos.....	970
734. Noção introdutória	970
735. Documento eletrônico.....	970
736. Regime legal.....	971
737. Documento eletrônico não certificado	972
§ 91. Prova Testemunhal.....	974
738. Conceito	974
739. Valor probante das testemunhas	975
740. Inadmissibilidade da prova testemunhal	976
741. Direitos e deveres da testemunha	978
742. A produção da prova testemunhal.....	982
§ 92. Prova Pericial.....	989
743. Conceito	989

744. Admissibilidade da perícia.....	991
745. O perito	993
746. O procedimento da prova pericial.....	996
747. Valor probante da perícia.....	1002
748. Nova perícia.....	1003
§ 93. Inspeção Judicial	1005
749. Conceito	1005
750. Procedimento	1005

Capítulo XXVIII – Fase Decisória

§ 94. Noções Introdutórias.....	1007
751. Conceito de processo.....	1007
752. Conteúdo e finalidade do processo	1008
§ 95. Sentença (I).....	1010
753. Definição legal e classificação doutrinária	1010
754. Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito.....	1012
754.1. Indeferimento da inicial.....	1013
754.2. Abandono da causa.....	1013
754.3. Ausência de pressupostos processuais.....	1015
754.4. Perempção.....	1016
754.5. Litispêndência e coisa julgada	1016
754.6. Condições da ação.....	1017
754.7. Perda do objeto.....	1019
754.8. Convenção de arbitragem	1020
754.9. Desistência da ação	1021
754.10. Intransmissibilidade da ação	1022
754.11. Confusão entre autor e réu	1022
755. Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	1023
756. Iniciativa da extinção do processo.....	1023
757. Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	1024
758. Juízo de retratação.....	1025
§ 96 Sentença (II).....	1026
759. Extinção do processo com resolução de mérito	1026
759.1. Acolhimento ou rejeição do pedido.....	1028
759.2. Prescrição e decadência.....	1028
759.3. A prescrição e os diversos tipos de ação	1030
759.4. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	1032
759.5. Transação.....	1033
759.6. Retratação e rescisão de transação.....	1034
759.7. Renúncia à pretensão.....	1035

760. Natureza da sentença definitiva.....	1037
761. Função da sentença definitiva.....	1038
762. Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa	1039
763. Função da sentença terminativa	1040
§ 97. Estrutura e Formalidades da Sentença	1042
764. Conteúdo da sentença	1042
765. Relatório	1043
766. Motivação.....	1044
767. Dispositivo da sentença.....	1048
768. Condições formais da sentença.....	1048
769. Clareza	1049
770. Precisão.....	1049
771. A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa.....	1050
772. Sentença condenatória ilíquida	1051
773. A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	1052
774. Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional.....	1055
775. Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	1056
776. Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer)	1057
777. Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	1058
§ 98. Publicação, interpretação e correção da sentença.....	1059
778. Publicação e intimação da sentença	1059
779. Efeitos da publicação	1060
780. Correção e integração da sentença	1061
781. Princípio da demanda e princípio da congruência.....	1062
782. Nulidade da sentença <i>ultra petita, citra petita e extra petita</i>	1063
783. Interpretação da sentença	1067
§ 99. Classificação das Sentenças	1070
784. Classificações	1070
785. Sentenças declaratórias.....	1071
786. Sentenças condenatórias	1073
787. Sentença constitutiva	1075
788. Momento de eficácia da sentença	1076
789. Multiplicidade de efeitos da sentença.....	1076
§ 100. Efeitos da Sentença	1077
790. Conceito	1077
791. Entrega da prestação jurisdicional.....	1078
792. Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	1078
793. Hipoteca judiciária.....	1080

794. Outros efeitos secundários da sentença	1081
795. Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)	1082
795.1 Julgamento da remessa necessária	1084
795.2. Exclusões da remessa necessária	1084
§ 101. Coisa Julgada	1086
796. A conceituação de coisa julgada no novo Código	1086
797. Sentença, efeitos e coisa julgada	1088
798. Coisa julgada administrativa	1091
799. Coisa julgada total e parcial	1091
800. Coisa julgada formal e material	1094
801. Terminologia do julgamento de mérito	1098
802. Fundamento da autoridade da coisa julgada	1099
803. Arguição da coisa julgada	1100
804. Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	1101
805. Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	1101
806. Preclusão	1102
§ 102. Limites da Coisa Julgada	1106
807. Limites objetivos	1106
808. Motivos da sentença	1108
808.1. Motivo e <i>ratio decidendi</i>	1110
808.2. Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado	1112
808.3. Tendência do direito comparado e a posição do novo CPC	1114
808.4. Processo civil espanhol	1115
808.5. Processo civil da Federação Russa	1115
808.6. Processo civil português	1115
808.7. Processo civil italiano	1115
808.8. Síntese	1118
809. Verdade dos fatos	1119
810. Questões prejudiciais	1120
811. Questões implicitamente resolvidas	1122
812. A eficácia preclusiva da coisa julgada	1124
813. Limites subjetivos	1126
814. Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo	1128
815. Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias	1130
816. Coisa julgada nas ações coletivas	1131
817. Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejuvimentos	1134
818. Limites temporais da coisa julgada	1136
819. Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	1136
820. Execução forçada e coisa julgada	1139

Capítulo XXIX – Título Judicial Ilíquido

§ 103. Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	1141
---	------

821. Sentença ilíquida	1141
822. Execução da sentença ilíquida	1142
823. Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais	1143
824. Casos de iliquidez da sentença	1143
825. Natureza jurídica da liquidação da sentença	1144
826. A liquidação e os honorários advocatícios	1146
827. Limites da liquidação	1148
828. Contraditório	1149
829. Liqueidez parcial da sentença	1149
830. Liquidação por iniciativa do vencido	1150
831. Recursos	1150
832. Liquidação frustrada	1151
§ 104. Procedimentos da Liquidação	1153
833. Procedimentos possíveis	1153
834. Liquidação por cálculo	1154
835. Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	1155
836. Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária	1155
837. Liquidação por arbitramento	1156
838. Liquidação pelo procedimento comum	1157
839. A indisponibilidade do rito da liquidação	1158
840. Rescisão da decisão liquidatória	1159
<i>Capítulo XXX – Cumprimento da Sentença</i>	
§ 105. Disposições gerais	1165
841. Introdução	1165
842. Custas e encargos do cumprimento de sentença	1166
843. Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças	1167
Bibliografia	1173
Índice Onomástico	1197
Índice Alfabético de Assuntos	1203
Índice dos Fluxogramas	1227

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume II*

56^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada

Procedimentos Especiais

- Codificados – Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária
- Legislação Extravagante



▪ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

▪ Fechamento desta edição: 17.01.2022

▪ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

▪ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

▪ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editores Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

▪ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1985

56ª edição – 2022

▪ Capa: Danilo Oliveira

▪ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Curso de direito processual civil, volume II: procedimentos especiais... /Humberto Theodoro Júnior. – 56. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4305-9

1. Direito processual civil – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

21-75159

CDU: 347.9(81))

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Índice da Matéria

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 1º	Generalidades	3
1.	Introdução.....	3
2.	Razão de ser dos procedimentos especiais	4
3.	Casuísmo do Código	5
4.	Técnicas de especialização procedimental.....	6
5.	Complementação das regras procedimentais.....	7
6.	Pressupostos dos procedimentos especiais.....	8
7.	Erro na adoção do procedimento	8
8.	Ações especiais suprimidas pelo CPC/2015	10
8.1.	A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa.....	15
8.2.	Requerimento e documentação	15
8.3.	Notificações	16
8.4.	Notificação por meio eletrônico	16
8.5.	Notificação por edital.....	16
8.6.	Conclusão do procedimento	17

CAPÍTULO II – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

§ 2º	Os fundamentos do depósito em consignação	18
9.	O direito de pagar	18
10.	A liberação natural e a liberação forçada do devedor	19
11.	A ação de consignação em pagamento.....	19
12.	Histórico da consignação em pagamento	20
§ 3º	O procedimento da consignação em pagamento	21
13.	Natureza do instituto da consignação	21
14.	Natureza processual da ação de consignação	21
15.	Prestações passíveis de consignação.....	22
16.	Cabimento da consignação.....	22
17.	Liquidez da prestação devida	24
18.	Consignação principal e incidental	27
19.	Legitimação <i>ad causam</i>	28
20.	Competência.....	30

21.	Consignação no local em que se acha a coisa devida.....	31
22.	Oportunidade da consignatória.....	32
23.	Objeto da consignação.....	34
24.	Obrigações de prestações periódicas.....	35
25.	Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas.....	36
26.	Quebra da sequência de depósitos periódicos.....	37
27.	O procedimento especial da consignatória.....	37
28.	Obrigações alternativas e obrigações genéricas.....	39
29.	Valor da causa.....	39
30.	Resposta do demandado.....	40
31.	Comparecimento do credor para receber.....	40
32.	Não comparecimento e revelia do demandado.....	42
33.	Levantamento do depósito pelo devedor.....	43
34.	Contestação.....	43
35.	Matéria de defesa.....	44
36.	Complementação do depósito insuficiente.....	45
37.	Sentença.....	48
38.	Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito.....	49
39.	Particularidades da consignação por dúvida.....	49
40.	A posição dos possíveis credores.....	50
41.	Resgate da enfiteuse.....	52
42.	A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios.....	53
43.	A consignação de obrigação em dinheiro.....	55
44.	Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	56

CAPÍTULO III – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

§ 4º	Generalidades	60
45.	Introito.....	60
46.	Objetivo da ação de exigir contas.....	60
47.	Ação de dar e ação de exigir contas.....	61
48.	A natureza da ação de exigir contas.....	62
49.	Cabimento.....	63
50.	Prestação de contas e prescrição.....	66
51.	Legitimação e interesse.....	67
52.	Prestação de contas dos administradores judiciais.....	68
	52.1. Prestação de contas do inventariante.....	69
53.	Sociedade e prestação de contas.....	69
54.	Ações matrimoniais e prestação de contas.....	71
54-A.	Prestação de contas entre filho e genitor, em caso de usufruto legal.....	72
55.	Prestação de contas entre condôminos.....	72
55-A.	Prestação de contas do banco ao correntista.....	73
56.	Organização das contas.....	74
57.	Prova das contas.....	75
§ 5º	Procedimento da ação de exigir contas	76
58.	Ação de exigir contas.....	76

59.	Procedimento da primeira fase	76
60.	Reconvenção	78
61.	Decisão da primeira fase	78
62.	Procedimento da segunda fase	79
63.	Contas elaboradas pelo autor	80
64.	Sucumbência.....	82
§ 6º	Execução no procedimento de exigir contas.....	83
65.	Sentença e execução.....	83

CAPÍTULO IV – AÇÕES POSSESSÓRIAS

§ 7º	Generalidades.....	85
66.	A posse e seus efeitos	85
67.	A razão da tutela possessória.....	86
68.	O instituto da posse e a paz social	87
69.	O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório).....	89
70.	Natureza jurídica da posse	90
71.	Requisitos da tutela possessória	94
	71.1. Posse de particular sobre bem público.....	96
	71.2. Posse e detenção. Direito de retenção	97
§ 8º	Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição	98
72.	Origem dos interditos possessórios.....	98
73.	As ações possessórias.....	99
74.	Competência.....	100
75.	Legitimação ativa	100
76.	Legitimação passiva	101
77.	Petição inicial.....	102
78.	Procedimento: as ações de força nova e força velha	103
79.	Invasões coletivas de imóvel	104
80.	Medida liminar possessória	105
81.	A decisão sobre a liminar	106
82.	A sentença possessória	108
83.	Posse de coisas e posse de direitos	109
83-A.	Posse de bens públicos.....	110
84.	O petitório e o possessório	111
85.	A exceção de propriedade no juízo possessório.....	115
86.	Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro	116
87.	Natureza dúplice das ações possessórias.....	118
88.	Liminar em favor do réu	119
89.	Natureza real das ações possessórias	120
90.	Natureza executiva do procedimento interdital.....	122
	90.1. Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos.....	124
91.	Cumulação de pedidos	125
92.	Interdito proibitório.....	126

§ 9º	Alguns incidentes registráveis nos interditos	128
93.	Embargos de terceiro	128
94.	Medida liminar e mandado de segurança.....	129
95.	Embargos de retenção	129
96.	Nomeação à autoria e denunciação da lide	130

CAPÍTULO V – AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

§ 10.	Generalidades	135
97.	Introdução.....	135
98.	Conceito das ações especiais em análise	135
99.	Cumulação de ação divisória com ação demarcatória	136
100.	Temas novos.....	136
101.	Divisão e demarcação consensuais	137
102.	O georreferenciamento e a prova pericial.....	138
103.	Sucumbência e honorários advocatícios	139
§ 11.	Ação de demarcação	141
104.	A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial	141
105.	Objeto da ação	141
106.	Competência para as ações do juízo divisório	147
107.	Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	148
108.	Legitimação ativa de condômino.....	150
109.	Legitimação passiva	150
110.	Citação do confinante demandado.....	151
111.	Contestação.....	152
112.	Prazo de contestação.....	154
113.	Prova pericial	154
114.	A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de accertamento ou cognição).....	155
115.	Procedimento executivo (segunda fase da ação)	156
116.	A conclusão do procedimento demarcatório	157
117.	Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória.....	158
118.	Cumprimento da sentença em face dos confinantes.....	159
§ 12.	Ação de divisão	161
119.	Ação de divisão. Petição inicial	161
120.	Objeto da ação	161
121.	Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC	162
122.	Competência.....	163
123.	Legitimação ativa	163
124.	Legitimação passiva	165
125.	Procedimento. Citação	166
126.	Contestação.....	166
127.	Revelia.....	168
128.	Prova pericial.....	168
129.	Auto de divisão e sentença homologatória	172

130.	Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão	173
131.	A coisa julgada na ação de divisão.....	173
132.	Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada).....	175
133.	Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda.....	175
134.	Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda.....	177

CAPÍTULO VI – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

§ 13.	Da ação	182
135.	Introito.....	182
	135.1. Sociedades simples.....	183
136.	Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade.....	184
137.	Objetivo	185
138.	Legitimidade	186
139.	Cabimento.....	188
140.	Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i>	190
141.	Competência.....	191
142.	Procedimento	191
143.	A resolução da sociedade.....	196
144.	Apuração dos haveres	197
145.	Crítérios para apuração dos haveres.....	197
146.	Execução da sentença	200
147.	A dissolução parcial de sociedade anônima.....	201
147-A.	Dissolução parcial de sociedade e cláusula compromissória (juízo arbitral).....	203

CAPÍTULO VII – INVENTÁRIO E PARTILHA

§ 14.	Disposições gerais	206
148.	Introito.....	206
149.	Caráter contencioso do inventário.....	207
150.	Inventário e partilha por via administrativa.....	207
151.	Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extra-judicial	210
152.	Execução da partilha por via administrativa.....	212
153.	Inventário negativo	213
154.	Competência.....	213
	154.1. Prevenção de competência, no caso de ajuizamento de mais de um inventário sobre a mesma herança	215
155.	Universalidade do foro sucessório.....	215
156.	Questões solucionáveis no juízo sucessório	216
157.	Administração da herança	216
158.	O inventariante.....	217
159.	Encargos do inventariante	219
160.	Remoção do inventariante	220
161.	Legitimação para promover o inventário.....	222
§ 15.	Inventário judicial	224
162.	Procedimento	224
163.	Petição inicial.....	224

164.	Primeiras declarações	224
165.	Citações e interveniências.....	226
166.	Impugnação dos citados.....	227
167.	Herdeiro omitido nas declarações do inventariante.....	228
168.	Avaliação	229
169.	Últimas declarações	230
170.	Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	230
171.	Colações	231
172.	Sonegados.....	232
173.	Pagamento de dívidas do morto	233
§ 16.	Partilha	236
174.	Espécies de partilha	236
175.	Partilha judicial. Deliberação	236
176.	Esboço e lançamento da partilha	238
177.	A sentença da partilha	239
178.	O formal de partilha	240
179.	Emenda ou retificação da partilha.....	241
180.	Pacto de não partilhar	242
§ 17.	Invalidação da partilha	244
181.	Ação de anulação e ação rescisória de partilha	244
182.	Conceituação de partilha judicial	244
183.	Conceituação de partilha amigável.....	246
184.	Casuísmo da rescisória de partilha.....	247
185.	Ação de nulidade de partilha.....	248
186.	Ação de petição de herança	250
§ 18.	Arrolamento	251
187.	Simplificação do inventário	251
188.	Arrolamento sumário do art. 659 (por deliberação voluntária dos interessados)	251
189.	Arrolamento comum do art. 664 (por imposição da lei).....	253
190.	Lei nº 6.858, de 24.11.1980.....	254
	190.1. Benefícios previdenciários.....	255
191.	Inventário administrativo	256
§ 19.	Disposições comuns	257
192.	Medidas cautelares	257
193.	Sobrepilha	258
194.	Curatela especial ao herdeiro.....	258
195.	Inventários cumulados	259
196.	Honorários de advogado.....	260
197.	Extinção do processo por paralisação da causa	260
198.	Assistência judiciária	261
199.	Terceiros prejudicados.....	261

CAPÍTULO VIII – EMBARGOS DE TERCEIRO

§ 20.	Generalidades	269
200.	Conceito	269

201.	Natureza jurídica.....	270
202.	Requisitos.....	271
203.	Ato judicial atacável.....	272
203-A.	Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro.....	274
204.	Penhora de bem alienado em fraude contra credores.....	275
204-A.	Estaria superada a Súmula nº 195 do STJ?.....	276
205.	Embargos a atos do juízo divisório.....	277
205-A.	Embargos de terceiro e desconsideração da personalidade jurídica.....	278
206.	Embargos do credor com garantia real.....	279
206-A.	Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária.....	280
206-B.	Embargos do promissário comprador.....	281
206-C.	Embargos do adquirente de imóvel por título ainda não registrado.....	282
207.	Embargos e mandado de segurança.....	282
§ 21.	Procedimento	284
208.	Legitimação ativa.....	284
209.	Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro.....	287
210.	Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo.....	287
211.	Legitimação passiva.....	289
212.	Oportunidade.....	290
213.	Competência.....	292
214.	Procedimento.....	293
215.	Sentença.....	295
215-A.	Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	296

CAPÍTULO IX – OPOSIÇÃO

§ 22.	A ação especial de oposição	299
216.	Introdução.....	299
217.	Conceito.....	300
218.	Cabimento e extensão.....	301
219.	Oportunidade da oposição.....	301
220.	Conexão das causas.....	302
221.	Competência.....	302
222.	Procedimento.....	303
223.	Julgamento da oposição.....	304

CAPÍTULO X – HABILITAÇÃO

§ 23.	Procedimento da substituição da parte falecida	306
224.	Conceito.....	306
225.	Legitimidade para requerer a habilitação.....	306
226.	Competência.....	307
227.	Procedimento.....	307
228.	Habilitação do adquirente e do cessionário.....	309
229.	Efeito do deferimento da habilitação.....	310

**CAPÍTULO XI – TIPIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO
DAS AÇÕES PERTINENTES AO DIREITO DE FAMÍLIA**

§ 24. Ações de família	312
230. Introito.....	312
231. A entidade familiar	312
232. Tipificação.....	313
233. A mediação e a conciliação.....	313
234. A Resolução nº 125 do CNJ.....	314
235. Legitimação.....	315
236. Procedimento	315
237. Efeitos do termo final da mediação e conciliação	319
237-A. Ação de alimentos.....	320
237-B. Ação de alimentos gravídicos.....	325
237-C. A coisa julgada nas ações de paternidade	326
237-D. Ações de paternidade <i>post mortem</i>	326
237-E. Ação para exigir contas no âmbito do direito de família.....	327
237-F. O rigor probatório nas ações de filiação	327

CAPÍTULO XII – AÇÃO MONITÓRIA

§ 25. Noção geral do procedimento monitorio	331
238. Introito.....	331
239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	331
240. Em que consiste o procedimento monitorio	332
241. O procedimento monitorio brasileiro.....	334
242. A ação monitoria no Código de Processo Civil.....	336
§ 26. A ação monitoria no Código de Processo Civil brasileiro	337
243. Condições de admissibilidade da ação monitoria	337
244. Objeto	338
244.1. Dívida de jogo contraída no exterior	338
245. Competência.....	339
246. Legitimidade ativa.....	339
247. Legitimidade passiva.....	340
248. Prova	342
249. Procedimento	347
250. Embargos à ação monitoria	351
251. Processamento dos embargos monitorios	351
252. Coisa julgada.....	352
253. Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento.....	353
254. Uso indevido da ação monitoria	353

CAPÍTULO XIII – HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

§ 27. Da ação	356
255. Introito.....	356
256. Penhor legal: efetivação e homologação	356

257.	Natureza jurídica da medida processual	357
258.	Procedimento	358
259.	Sentença.....	359
260.	Execução.....	360
261.	Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal.....	360

CAPÍTULO XIV – DANOS OCORRIDOS DURANTE A NAVEGAÇÃO

§ 28.	Regulação da avaria grossa	363
262.	Introito.....	363
263.	Conceito	363
264.	A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro	365
265.	Competência.....	366
266.	Legitimidade.....	367
267.	Procedimento	367
268.	O Tribunal Marítimo	371

CAPÍTULO XV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS

§ 29.	Procedimento para recuperar autos desaparecidos	374
269.	Conceito	374
270.	Objetivo do procedimento.....	375
271.	Legitimidade.....	375
272.	Competência.....	375
273.	Procedimento	376
274.	Julgamento da restauração.....	377
275.	Autos extraviados no tribunal	377
276.	Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos.....	378

Parte II – Procedimentos de Jurisdição Voluntária

CAPÍTULO XVI – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

§ 30.	Generalidades	381
277.	Introito.....	381
	277.1. Natureza jurídica da jurisdição voluntária: atividade administrativa ou jurisdicional?.....	382
278.	Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	383
279.	Litigiosidade incidental	385
280.	A função do juiz	386
281.	Verbas sucumbenciais	386
282.	Procedimentos.....	387

CAPÍTULO XVII – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

§ 31.	Procedimento para notificar, interpelar	391
283.	Conceito	391
284.	Protesto de títulos pela via notarial	392

284.1.	Cancelamento do protesto de títulos.....	393
284.2.	A recuperação judicial e a suspensão dos protestos.....	394
284.3.	Central Nacional de Serviços Eletrônicos.....	395
285.	Protesto judicial.....	395
286.	Notificação.....	397
287.	Interpelação.....	397
288.	Procedimento.....	398
289.	Indeferimento do pedido.....	399
290.	Defesa e contraprotesto.....	400
291.	Encerramento do feito e destino dos autos.....	401

CAPÍTULO XVIII – ALIENAÇÕES JUDICIAIS

§ 32.	Procedimento das alienações judiciais.....	403
292.	Alienações judiciais.....	403
293.	Alienações cautelares.....	403
294.	Iniciativa da medida.....	404
295.	Casos de alienação judicial expressos em lei.....	404
296.	Leilão.....	404
297.	Avaliação prévia.....	405
298.	Publicidade.....	406
299.	Arrematação.....	406
300.	Destino do produto da alienação.....	406
301.	Outros bens alienáveis judicialmente.....	407
302.	Bens indivisíveis em inventário e partilha.....	407
303.	Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos.....	408
304.	Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio.....	408
305.	Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular.....	410
306.	Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução.....	410
307.	Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular....	411

CAPÍTULO XIX – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

§ 33.	Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais.....	413
308.	Noções introdutórias.....	413
309.	A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010.....	414
310.	Natureza jurídica.....	415
311.	Requisitos.....	416
312.	Legitimação.....	416
313.	Competência.....	417
314.	Petição inicial.....	417
315.	Procedimento.....	420
316.	Sentença de homologação.....	421
317.	Reconciliação do casal.....	421
318.	Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável.....	421
318.1.	Alteração negocial de partilha homologada judicialmente.....	422

319.	Separação, divórcio e extinção de união estável por via administrativa.....	423
320.	Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais	425
321.	Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública	426
322.	Alteração do regime de bens do casamento	427

CAPÍTULO XX – TESTAMENTOS E CODICILOS

§ 34.	Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo	431
323.	Introito.....	431
324.	Objetivo do procedimento.....	431
325.	Competência.....	433
326.	Procedimento	433
327.	Sentença.....	433
328.	Efeitos	433
329.	Testamento cerrado	434
330.	Testamento público.....	435
331.	Testamento particular.....	435
332.	Procedimento	437
333.	Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo.....	438

CAPÍTULO XXI – HERANÇA JACENTE

§ 35.	Procedimento da arrecadação de herança jacente	442
334.	Conceito moderno de jacência da herança.....	442
335.	Competência.....	442
336.	Legitimação.....	443
337.	Procedimento	443
338.	A administração da herança jacente.....	444
339.	Habilitação	444
340.	Declaração de vacância	445

CAPÍTULO XXII – BENS DOS AUSENTES

§ 36.	Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes	447
341.	Ausência	447
342.	Pressupostos.....	447
343.	Competência.....	447
344.	Fases do procedimento.....	447
345.	Procedimento da primeira fase	448
346.	Procedimento da sucessão provisória	448
347.	Conversão da sucessão provisória em definitiva	449

CAPÍTULO XXIII – COISAS VAGAS

§ 37.	Procedimento da arrecadação das coisas vagas.....	452
348.	Conceito	452

349.	Legitimação.....	452
350.	Competência.....	452
351.	Cabimento.....	452
352.	Procedimento	453

CAPÍTULO XXIV – INTERDIÇÃO

§ 38.	O instituto da curatela	455
353.	Introito.....	455
354.	Questões relevantes sobre a interdição.....	455
355.	Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam no procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do CPC/2015.....	456
§ 39.	O procedimento da interdição	461
356.	Natureza jurídica da interdição.....	461
357.	Competência.....	461
358.	Legitimidade.....	461
359.	Petição inicial.....	464
360.	Procedimento	465
361.	Sentença.....	468
362.	Eficácia da sentença sobre atos do interditando.....	469
363.	Rescisória	470
364.	Levantamento da interdição	470
365.	Investidura dos curadores.....	470
366.	Remoção de curador.....	471
§ 40.	A tomada de decisão apoiada	472
367.	A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade	472
368.	Procedimento	472

CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

§ 41.	Generalidades	474
369.	Introito.....	474
370.	Disposições comuns à nomeação de tutor e curador.....	474

CAPÍTULO XXVI – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

§ 42.	Procedimento da organização e fiscalização das fundações	478
371.	Conceito de fundação.....	478
372.	Procedimento da instituição da fundação	478
373.	Estatutos confiados à elaboração de terceiro.....	479
374.	Alteração do estatuto	480
375.	Extinção da fundação	480

CAPÍTULO XXVII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

§ 43.	Procedimento	482
376.	Introito.....	482

377.	Conceito	482
378.	Objetivo	483
379.	Procedimento	484

CAPÍTULO XXVII-A – USUCAPIÃO

§ 43-A.	Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel	488
379-A.	Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião.....	488
379-B.	Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião.....	489
379-C.	Julgamento do procedimento administrativo	492
379-D.	Cabimento do procedimento extrajudicial.....	492
379-E.	Competência.....	493

Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

CAPÍTULO XXVIII – O JUÍZO ARBITRAL

§ 44.	Procedimento da arbitragem	495
380.	O juízo arbitral no direito brasileiro.....	495
381.	Disposições gerais	497
382.	Convenção de arbitragem	499
383.	Cláusula compromissória.....	499
384.	Requisitos da cláusula compromissória	500
	384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo	500
	384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia	501
	384.3 Cláusula compromissória e pacto antenupcial e contrato de união estável.....	502
	384.4. Financiamento da arbitragem com recursos de terceiros.....	502
385.	Execução da cláusula compromissória.....	502
386.	Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	504
387.	Direito intertemporal.....	505
388.	Autonomia da cláusula compromissória.....	506
389.	Compromisso arbitral	507
390.	Extinção do compromisso arbitral.....	508
391.	Os árbitros.....	508
392.	O procedimento	510
392-A.	Juízo arbitral e mediação.....	513
393.	Tutelas cautelares e de urgência	515
394.	Carta arbitral.....	518
395.	Sentença arbitral.....	519
396.	Requisitos da sentença arbitral.....	519
396-A.	Execução da sentença arbitral e desconsideração da personalidade jurídica	520
397.	Recursos	521
398.	Nulidade da sentença arbitral.....	521
399.	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	523
399-A.	Superação de alguns problemas enfrentados pela sentença estrangeira.....	525
400.	Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro.....	527

401.	Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos	527
401.1.	A arbitragem e a Administração Pública	529
401.2.	Destaques do regime da Lei nº 13.129/2015	530
402.	Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	532
402-A.	Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação.....	533
402-B.	Conflito de competência entre juízo cível e juízo arbitral	534
403.	Alegação em juízo de convenção de arbitragem.....	534
403-A.	Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário.....	535
403-B.	Cláusula compromissória e contratos coligados.....	536

Parte IV – Juizado Especial Civil

CAPÍTULO XXIX – AS PEQUENAS CAUSAS E O ACESSO À JUSTIÇA

§ 45.	Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	539
404.	Introito.....	539
405.	Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	540
406.	Criação do Juizado Especial	541
407.	Princípios informativos	541
408.	Princípio da oralidade	541
409.	Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial.....	542
410.	Conciliação	543
411.	A facultatividade do Juizado Especial	544
412.	O Juizado Especial Civil.....	545
413.	Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	545
414.	O Juizado Especial Civil e o Código de Processo Civil.....	546
415.	O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas	547
§ 46.	O órgão judicante: competência e composição	549
416.	Competência.....	549
417.	Foro competente.....	550
418.	Conflito de competência	551
419.	Competência para execução forçada	551
420.	Limitações à competência.....	551
421.	O órgão judicante.....	552
422.	Distribuição de funções: tarefa do juiz.....	553
423.	Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores.....	553
424.	O juízo arbitral	554
§ 47.	Partes.....	555
425.	Legitimação <i>ad causam</i>	555
426.	Legitimação <i>ad processum</i>	555
427.	Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	556
428.	Intervenção do Ministério Público	557
§ 48.	Os atos processuais e o procedimento	558
429.	Os atos processuais e sua forma	558
430.	O procedimento	558

431.	A propositura da ação.....	559
432.	Citações e intimações	559
433.	Requisitos da citação	560
434.	Intimações.....	560
435.	A audiência de conciliação, instrução e julgamento	560
436.	A resposta do réu	561
437.	As provas	562
§ 49.	A sentença e os recursos	563
438.	A sentença	563
439.	Recursos	563
440.	Mandado de segurança.....	566
441.	Uniformização de jurisprudência	567
	441.1. Competência para a reclamação	568
442.	Extinção do processo.....	568
§ 50.	Execução e disposições especiais	570
443.	Execução forçada.....	570
444.	As despesas processuais no Juizado Especial Civil.....	571
445.	Curadorias e assistência judiciária.....	572
446.	Acordos extrajudiciais	572
447.	Ação rescisória.....	572
448.	Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	572

CAPÍTULO XXX – O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

§ 51.	As pequenas causas na Justiça Federal	575
449.	A instituição do Juizado Especial Federal.....	575
450.	Disciplina legal	575
451.	Princípios informativos.....	575
452.	Competência absoluta	576
453.	Conflito de competência	576
§ 52.	Órgão judicante	577
454.	Composição do órgão judicante.....	577
455.	Sessão de conciliação	577
456.	Competência.....	577
457.	Conflito de competência	578
458.	Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	578
§ 53.	Partes	580
459.	Legitimação.....	580
460.	Intervenção de terceiros e litisconsórcio.....	580
461.	Ministério Público	580
462.	<i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	580
§ 54.	Atos processuais e procedimento	582
463.	Princípios	582
464.	Atos de comunicação processual	582

465.	Uso de meios eletrônicos.....	582
466.	Prazos.....	582
467.	Petição inicial.....	582
468.	Resposta.....	583
469.	Exceções	583
470.	Sessão de conciliação.....	583
471.	Instrução probatória.....	583
472.	A sentença e as máximas de experiência	584
473.	Reexame necessário	584
§ 55.	Sistema recursal	585
474.	Recursos no Juizado Especial.....	585
475.	Recurso especial e recurso extraordinário.....	585
476.	Incidente de uniformização de jurisprudência.....	585
§ 56.	Execução e medidas preventivas	587
477.	Execução.....	587
478.	Medidas cautelares.....	587
479.	Antecipação de tutela.....	587
479-A.	Demonstrativo do débito exequendo atualizado.....	588

CAPÍTULO XXXI – OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

§ 57.	As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, territórios e Municípios	590
480.	A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	590
481.	Disciplina legal	590
482.	Competência absoluta	590
§ 58.	Órgão julgante	592
483.	Composição do órgão julgante.....	592
484.	Competência.....	592
§ 59.	Partes	594
485.	Legitimação.....	594
486.	Ministério Público	594
487.	Representação das partes	594
§ 60.	Atos processuais e procedimento	595
488.	Atos de comunicação processual e prazos.....	595
489.	Petição inicial, citação e resposta.....	595
490.	Audiência de conciliação	595
491.	Instrução probatória.....	595
492.	Sentença e recurso de ofício	596
493.	Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	596
§ 61.	Sistema recursal	597
494.	Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	597
495.	Uniformização de jurisprudência	597
496.	Causas repetitivas.....	597
497.	Medidas de urgência.....	598

§ 62. Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	599
498. Cumprimento da sentença.....	599
499. Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa	599
500. Obrigações de quantia certa	599
500.1. Limite legal das requisições de pequeno valor.....	600

Parte V – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados Fora do Código de Processo Civil

CAPÍTULO XXXII – AÇÕES CONSTITUCIONAIS

§ 63. A Constituição e o processo	603
501. O direito processual constitucional	603
502. Os fundamentos do direito processual constitucional.....	603
§ 64. Mandado de segurança.....	605
503. Conceito	605
504. Natureza da ação	605
505. Legitimação ativa	606
506. Legitimação passiva	606
507. Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança	609
508. Ato de autoridade judicial.....	609
509. Ato sujeito a recurso administrativo.....	610
510. Litisconsórcio	611
511. Assistência.....	611
512. Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	612
513. Procedimento	612
514. Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante	614
515. Liminar	614
516. Suspensão da segurança	616
517. Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança.....	617
518. Competência.....	617
519. Desistência do mandado de segurança	619
520. Sentença e coisa julgada	619
521. Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009.....	620
§ 65. Mandado de segurança coletivo	624
522. Conceito	624
523. Direitos coletivos e direitos difusos.....	624
524. Legitimação ativa	625
525. Legitimação passiva	626
526. Procedimento e competência	626
527. Liminar	627
527-A. Execução.....	627
§ 66. Mandado de injunção	629
528. Conceito	629
529. Objeto	630

530.	Pressupostos.....	632
531.	Legitimação.....	635
532.	Competência.....	637
533.	Procedimento	638
	533.1. Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção.....	642
533-A.	Desistência da ação de mandado de injunção.....	642
533-B.	Intervenção do Ministério Público.....	643
533-C.	Medida liminar.....	643
533-D.	Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção.....	644
533-E.	Ampliação dos limites subjetivos da injunção	644
533-F.	Condições para obter a extensão <i>erga omnes</i> da decisão.....	645
533-G.	“Provisoriedade” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção	646
533-H.	Recursos	647
533-I.	Mandado de injunção coletivo	647
533-J.	Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo.....	648
533-K.	Litispêndência.....	649
§ 67.	<i>Habeas data</i>	652
534.	Conceito	652
535.	Natureza jurídica.....	653
536.	Legitimidade e interesse.....	653
537.	Objeto do <i>habeas data</i>	654
538.	Competência.....	654
539.	Procedimento	655
540.	Cumprimento da sentença.....	656
541.	Coisa julgada.....	656
§ 68.	Ação popular	658
542.	Conceito	658
543.	Requisitos.....	658
544.	Atos atacáveis pela ação popular.....	659
544-A.	Ação popular e políticas públicas relacionadas com concessões de serviços públicos...	659
545.	Legitimação.....	660
546.	Procedimento	660
547.	Sentença.....	661
548.	Coisa julgada.....	661
549.	Execução.....	661
550.	Prescrição.....	662

CAPÍTULO XXXIII – AÇÕES COLETIVAS

§ 69.	Ação civil pública e outras ações coletivas	664
551.	Histórico.....	664
552.	Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	665
553.	Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública.....	666
554.	Objeto da ação civil pública.....	666
555.	Ações coletivas possíveis após o CDC.....	669

556.	Legitimação.....	672
	556-1. Substituição da entidade autora no curso do processo.....	674
556-A.	Legitimação de pessoa jurídica de direito público.....	674
557.	Ação coletiva por meio de associação.....	675
558.	Ações coletivas promovidas por sindicatos.....	677
559.	O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos.....	678
559-A.	Tutela pelo Ministério Público de direitos individuais indisponíveis.....	682
559-B.	Custeio da perícia na ação civil pública movida pelo Ministério Público.....	683
560.	Inquérito civil.....	683
560-A.	Ação civil pública e políticas públicas.....	685
560-B.	Negócio jurídico processual em ação civil pública.....	688
561.	Competência.....	689
562.	Procedimento.....	689
	562.1. Regime especial das despesas com as provas necessárias na ação civil pública.....	690
563.	Liminar.....	690
563-A.	Remessa necessária.....	691
563-B.	Verba advocatícia sucumbencial.....	691
563-C.	Cabimento da imposição de <i>astreinte</i>	692
564.	Coisa julgada.....	692
	564.1. Cientificação dos beneficiários individuais da sentença coletiva.....	695
565.	Execução.....	695
	565.1. Prescrição da execução individual da sentença coletiva.....	697
	565.2. Alienação do imóvel objeto de tutela ao meio ambiente.....	697
566.	Execução coletiva por meio de sindicato ou associação.....	698

CAPÍTULO XXXIV – AÇÕES LOCATÍCIAS

§ 70. Generalidades.....	701
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais.....	701
568. Tramitação durante as férias forenses.....	701
569. Competência do <i>forum rei sitae</i>	702
570. Valor da causa.....	702
571. Atos de comunicação processual.....	703
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias.....	704
572-A. Cobrança de aluguéis e encargos da locação.....	704
§ 71. Ação de despejo.....	706
573. Natureza.....	706
574. A força executiva do procedimento.....	707
575. A liminar na ação de despejo.....	708
576. Legitimação.....	709
577. Documentação da petição inicial.....	709
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	710
579. Denúncia vazia.....	710
580. Denúncia cheia.....	711
§ 72. Ação de despejo por falta de pagamento.....	713
581. Cabimento.....	713

582.	Consequência da cumulação de pedidos.....	713
583.	Purga da mora.....	714
584.	Reiteração abusiva da purga da mora.....	715
585.	Purga da mora e contestação.....	715
§ 73.	Execução da sentença de despejo.....	718
586.	Desocupação voluntária.....	718
587.	Execução forçada.....	718
588.	Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	719
589.	Execução provisória e caução.....	719
590.	Abandono do imóvel pelo locatário.....	719
§ 74.	Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação.....	721
591.	Cabimento.....	721
592.	Legitimação.....	721
593.	Pressupostos.....	721
594.	Procedimento.....	722
595.	Petição inicial.....	722
596.	Depósito judicial.....	722
597.	Prestações vincendas.....	722
598.	Revelia.....	722
599.	Contestação.....	722
600.	Reconvenção.....	723
601.	Complementação do depósito após a contestação.....	723
602.	Levantamento do depósito.....	723
§ 75.	Ação revisional de aluguel.....	725
603.	Cabimento.....	725
604.	Natureza.....	725
605.	Legitimação.....	725
606.	Procedimento.....	725
607.	Petição inicial.....	726
608.	Aluguel provisório.....	726
609.	Contestação.....	728
610.	Sentença.....	728
	610.1. Critérios a observar no arbitramento judicial de novo aluguel.....	729
611.	Verbas de sucumbência.....	730
612.	Execução de sentença.....	730
613.	Acordo de desocupação.....	730
§ 76.	Ação renovatória.....	733
614.	Cabimento.....	733
615.	Natureza jurídica.....	733
616.	Legitimação.....	734
617.	Procedimento.....	735
618.	Petição inicial.....	735
619.	A defesa do locador.....	738
620.	Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais.....	738

621.	Defesa baseada no valor real da locação	738
622.	Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	739
623.	Retomada para construção ou reconstrução	739
624.	Retomada para uso próprio	740
625.	Aluguel provisório	740
626.	Sentença	740
627.	Sentença de retomada	741
628.	Execução de sentença	742
629.	Indenização de perdas e danos	743

CAPÍTULO XXXV – AÇÕES DECORRENTES DE *LEASING* E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

§ 77.	Alienação fiduciária em garantia	745
630.	Introdução	745
630.1.	A propriedade do devedor fiduciante como requisito da constituição da garantia real em favor do credor fiduciário	746
631.	Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)	747
632.	Busca e apreensão	748
632.1.	Consequências da improcedência da ação de busca e apreensão	752
632.2.	Alcance da sentença de mérito na ação de busca e apreensão	752
633.	Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão	753
634.	Ação de depósito	753
635.	Ação de execução	754
635-A.	Conversão da busca e apreensão em execução: valor exequível	754
635-B.	Autotutela executiva na realização do crédito garantido por alienação fiduciária	755
636.	Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	756
636.1.	Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente	758
636.2.	Despesas condominiais incidentes sobre o imóvel alienado fiduciariamente ...	761
636-A.	Taxa de ocupação	761
636-B.	Inoponibilidade, ao comprador do imóvel, da hipoteca, ou da alienação fiduciária contratadas pelo construtor junto ao financiador da obra	762
636-C.	Recuperação judicial e falência do devedor alienante	763
636-D.	Inaplicação do direito de arrependimento do compromisso de compra e venda de imóvel, com restituição de prestações pagas	764
§ 78.	Arrendamento mercantil (<i>Leasing</i>)	769
637.	Noção de arrendamento mercantil	769
637.1.	Descaracterização do contrato de <i>leasing</i>	769
638.	Ações decorrentes do <i>leasing</i>	770
638.1.	Despesas com o depósito do bem arrendado	773
638-A.	Arrendamento mercantil e usucapião pelo devedor arrendatário	773
639.	Aspecto tributário	774
	Bibliografia	777
	Índice dos Fluxogramas	799

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Doutor em Direito pela UFMG. Professor titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG. Desembargador aposentado do TJMG. Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto de Direito Comparado Luso-brasileiro, do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual Civil e da International Association of Procedural Law e da Association Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française. Parecerista. Advogado.

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

56^a revista,
atualizada
e ampliada
edição

- Execução Forçada
 - Cumprimento de sentença
 - Execução de títulos extrajudiciais
- Processos nos Tribunais
- Recursos
- Direito Intertemporal



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
 - Fechamento desta edição: 13.12.2022
 - O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
 - Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
 - Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
 - Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- 1ª edição – 1989
56ª edição – 2023
- Capa: Fabricio Vale
- 4034906
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355c

Theodoro Júnior, Humberto

Curso de direito processual civil / Humberto Theodoro Júnior. – 56. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.
(Curso de direito processual civil; 3)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4679-1

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título. II. Série.

22-81262

CDU: 347.9(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Índice da Matéria

PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

Parte I

As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro

CAPÍTULO I – PANORAMA DAS VIAS EXECUTIVAS

§ 1º	A abolição da ação de execução de sentença	3
1.	Introdução.....	3
2.	O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	4
3.	A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	6
4.	O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno.....	7
5.	A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	8
6.	A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro	9
7.	Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i>	11
8.	Observações conclusivas.....	13

CAPÍTULO II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

§ 2º	Disposições gerais	16
9.	Introdução.....	16
10.	A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados.....	17
11.	Cumprimento de sentença e contraditório	19
12.	Necessidade de requerimento do exequente	19
13.	Intimação do devedor.....	20
	I – Regra geral.....	20
	II – Exceções abertas pela própria lei	22
	III – Intimação presumida.....	22
	IV – Inatividade processual longa	22
	V – Prazo da intimação.....	23
14.	Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários	23
15.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	23
16.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva	24
17.	Tutela interdital como padrão	27
18.	Cumprimento por iniciativa do devedor	28
19.	Sucumbência.....	29
	I – Regime do atual Código.....	29

	II – Sucumbência na impugnação ao cumprimento da sentença.....	29
	III – Base de cálculo da verba advocatícia	29
	IV – Despesas e custas do cumprimento de sentença.....	30
20.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	30
	I – Noção de condição e termo	30
	II – Restrições doutrinárias às sentenças condicionais.....	30
	III – Admissibilidade legal da sentença condicional.....	31
21.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	32
21-A.	Cumprimento de sentença no caso de substituição processual.....	32
§ 3º	Os títulos executivos judiciais	34
22.	Enumeração legal.....	34
23.	Medidas preparatórias especiais.....	35
24.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão inter- locutória estrangeiras	36
25.	Encerramento do cumprimento da sentença	37
26.	Sentença condenatória civil.....	37
27.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....	39
28.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	39
29.	Ação declaratória e prescrição.....	40
30.	Decisão homologatória de autocomposição.....	41
	I – Autocomposição judicial.....	41
	II – Amplitude subjetiva da autocomposição judicial.....	42
	III – Procedimento executivo	43
	IV – Autocomposição extrajudicial.....	43
31.	O formal e a certidão de partilha	43
32.	Crédito de auxiliar da justiça.....	44
33.	Sentença penal condenatória.....	45
	I – Força civil da sentença penal	45
	II – Requisitos da execução civil da sentença penal.....	45
	III – Condenação civil provisória no bojo da sentença penal.....	46
	IV – Legitimação para a execução civil da sentença penal.....	46
	V – Penhorabilidade do bem de família	47
34.	Sentença arbitral.....	47
35.	Decisão estrangeira.....	48
	I – Sentença estrangeira	48
	II – Decisão interlocutória estrangeira.....	49
	III – Sentença oriunda de país-membro do Mercosul	49
§ 4º	Particularidades de alguns títulos executivos judiciais	51
36.	Condenações a prestações alternativas	51
37.	Julgamento fracionado da lide	51
38.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória	52
39.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado	52
	I – A sentença como título protestável	52
	II – Procedimento do protesto	53
	III – Pagamento no cartório de protesto.....	53
	IV – Cancelamento do protesto	54

V – Superveniência de ação rescisória	54
VI – Inscrição em cadastro de inadimplentes.....	54
§ 5º Competência.....	55
40. Juízo competente para o cumprimento da sentença	55
41. Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença.....	55
42. Competência opcional para o cumprimento da sentença	56
43. Competência para cumprimento da sentença arbitral.....	57
44. Competência para execução do efeito civil da sentença penal	58
45. Competência internacional	58
§ 6º Defesa do devedor	60
46. Impugnação do executado.....	60
47. Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação	60
48. Ausência de preclusão	61
49. Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação	61
50. Natureza jurídica da impugnação.....	62
51. Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	62
I – Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia	63
II – Ilegitimidade de parte	64
III – Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	64
IV – Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	72
V – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	72
VI – Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	74
VII – Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.....	74
52. O cumprimento da sentença e a prescrição.....	75
52.1. Um caso particular de prescrição	78
53. Impedimento ou suspeição do juiz.....	79
54. Executados com diferentes procuradores.....	80
55. Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante à obrigação de quantia certa	80
56. Efeito da impugnação	80
57. O problema da iliquidez da sentença	81
58. As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado.....	82
59. Procedimento da impugnação	82
60. Instrução probatória.....	83
61. Julgamento da impugnação	83
62. Coisa julgada	83

CAPÍTULO III

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

§ 7º Noções introdutórias	85
63. Noção de obrigação por quantia certa	85
64. Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia	85

65.	Requerimento do credor	86
	I – Iniciativa do credor	86
	II – Iniciativa do devedor.....	86
66.	Intimação do devedor	87
	I – Regra geral.....	87
	II – Exceções	87
	III – Intimação presumida	88
	IV – Inatividade processual longa	88
	V – Prazo da intimação	88
67.	Inexecutividade do fiador e outros coobrigados	88
§ 8º	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	90
68.	Cabimento.....	90
69.	Multa legal e honorários de advogado	90
	I – Multa legal.....	90
	II – Multa na execução de sentença arbitral e outras decisões	91
	III – Multa e honorários de advogado na execução provisória.....	91
	IV – Quando cabe a verba honorária e como arbitrá-la	92
	V – Depósito do <i>quantum</i> devido, antes de recorrer da sentença exequenda	92
	VI – Execução sem multa	92
	VII – Requerimento do credor.....	93
	VIII – Intimação do executado	93
70.	Contagem do prazo para pagamento	93
	70.1. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo.....	94
71.	Penhora e avaliação.....	95
72.	O procedimento executivo.....	95
73.	Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença.....	95
	I – Dados necessários do requerimento.....	95
	II – Nomeação dos bens a penhorar.....	96
	III – Definição do <i>quantum</i> exequendo.....	96
	IV – Demonstrativo que dependa de dados extra-autos	96
	V – Impugnação do devedor ao cumprimento da sentença	97
74.	Defesa do executado	97
75.	Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor.....	97
76.	Parcelamento da dívida	97
77.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório.....	97
§ 9º	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	99
78.	Noções introdutórias	99
79.	Fundamentos da execução provisória	99
80.	Execução de título extrajudicial embargada.....	100
81.	Situação do tema no Código atual	100
82.	Normas básicas da execução provisória.....	102
83.	Casos de dispensa de caução	105
84.	Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....	106
85.	Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar	107

86.	Incidentes da execução provisória.....	107
87.	Procedimento do cumprimento provisório.....	107
88.	Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	108

CAPÍTULO IV
CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DE OBRIGAÇÃO
DE QUANTIA CERTA SOB REGIME ESPECIAL

§ 10.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	110
89.	A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença	110
90.	Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos	110
91.	Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia.....	111
	I – Competência.....	111
	II – Averbação em folha de pagamento.....	112
	III – Protesto da decisão judicial.....	112
	IV – Prisão civil do executado.....	113
	V – Cumprimento da decisão definitiva e da decisão provisória que fixa alimentos.....	114
	VI – Crime de abandono material.....	115
	VII – Pensionamento decorrente de ato ilícito	115
92.	Sentenças de indenização por ato ilícito	115
93.	Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento	117
94.	Pensionamento em salários mínimos	118
§ 11.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública.....	120
95.	Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública.....	120
96.	Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	120
	I – Execução por quantia certa sem penhora e expropriação	120
	II – Execução de outras obrigações da Fazenda Pública	121
	III – Execução de obrigações de fazer. Políticas públicas	121
	IV – Ações estruturais na ótica do STJ.....	123
97.	Procedimento	123
	I – Requerimento do exequente	123
	II – Execução contra a Fazenda Pública no Juizado Especial	124
	III – Intimação da Fazenda executada	124
	IV – Expedição do precatório	124
	V – Créditos de alimentos.....	125
	VI – Parcelamento do precatório (CF, art. 100, § 20 – incluído pela EC nº 94/2016)	126
	VII – Financiamento de parte dos precatórios e obrigações de pequeno valor (CF, art. 100, § 19 – incluído pela EC nº 94/2016)	126
	VIII – A importância da ordenação cronológica dos precatórios na execução contra a Fazenda Pública.....	126
	IX – Utilização de créditos, do interessado ou de terceiros, para quitação de débitos junto à União, Autarquias e Fundações Federais	127
98.	Defesa da Fazenda.....	129
	I – Temas discutíveis.....	129
	II – Alguns destaques	129
	III – Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento do juízo.....	130

	IV – Duplo grau obrigatório.....	130
	V – Atribuições do Presidente do Tribunal na execução da Fazenda Pública.....	131
	VI – Impugnações e revisões de cálculo perante o Tribunal e perante o juízo da execução.....	131
99.	Execução provisória.....	132
	99.1. Execução definitiva sob forma de precatório.....	133
	99.2. Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor”.....	135
	99.3. Requisição de pequeno valor em caso de crédito alimentar “superpreferencial”.....	135
	99.4. Limites do poder normativo dos estados-membros na disciplina dos requisitos de pequeno valor.....	136
	99.5. Pagamento do precatório em parcelas ou por acordo direto.....	136
	99.6. Opção do credor pelo regime das pequenas causas (RPV).....	137
100.	Sequestro de verbas públicas.....	138
	100.1. Procedimento do sequestro.....	139
101.	Exceções ao regime dos precatórios.....	139
101-A.	Acordo para pagamento com desconto de precatórios federais.....	140
102.	Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	141
103.	Credores litisconsorciados.....	142
104.	Possibilidade de fracionamento do precatório.....	143
105.	Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	144
106.	Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	145
107.	O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	146
108.	Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	148
108-A.	Gestão dos recursos destinados ao cumprimento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV).....	149
108-B.	Acordos diretos para pagamento de precatórios no âmbito da União.....	149

CAPÍTULO V

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

§ 12.	Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer.....	151
109.	Noção de obrigação de fazer e não fazer.....	151
110.	Execução específica e execução substitutiva.....	152
	I – Técnica processual na legislação atual (tutela específica e tutela subsidiária).....	152
	II – Fungibilidade de certas obrigações de fazer e não fazer: equivalente econômico... ..	153
111.	Correta prestação da tutela substitutiva.....	153
112.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....	154
112-A.	Conversão em perdas e danos.....	155
113.	A multa (<i>astreinte</i>).....	156
	I – Quando cabe a multa por atraso no cumprimento da sentença.....	156
	II – Arbitramento da multa.....	156
	III – Reexame da multa aplicada.....	157
	IV – Casos de modificação ou exclusão da multa.....	158
	V – A multa e as obrigações personalíssimas.....	158
	VI – Multa e preclusão da decisão que a impôs.....	159
	VII – Execução da multa no regime do Código de 1973.....	160
	VIII – Execução da multa no regime do atual Código.....	161

IX – A necessidade de constituir-se um título judicial completo para a execução da multa.....	161
X – Termo inicial e final de incidência da multa.....	162
XI – As <i>astreintes</i> e a tutela provisória.....	164
XII – Multa diária, correção monetária e juros moratórios.....	164
114. Defesa do executado.....	165
§ 13. Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer.....	167
115. Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	167
116. Procedimento do cumprimento de sentença.....	167
117. Impugnação do executado.....	168
118. Execução das obrigações de não fazer.....	169
119. Medidas de apoio.....	170
§ 14. A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade.....	173
120. Execução das prestações de declaração de vontade.....	173
120-A. Requisitos para exigir em juízo o cumprimento da promessa de contratar.....	174
121. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....	175
122. A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade.....	176
123. Natureza jurídica da sentença.....	177
§ 15. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	179
124. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa).....	179
125. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	179
I – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i>	180
II – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....	181
126. Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico.....	181
127. Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva.....	182
128. Procedimento.....	183
129. Defesa do executado.....	184
130. Obrigação genérica.....	184
131. Retenção por benfeitorias.....	184
132. Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa.....	185
133. Encerramento do processo.....	185

Parte II

Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

CAPÍTULO VI

PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 16. Princípios gerais da execução forçada.....	189
134. Disposições gerais.....	189
135. Vias de execução.....	190
136. O processo judicial.....	190
137. Processo de conhecimento e processo de execução.....	191
138. Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento.....	192

139.	Visão unitária da jurisdição.....	193
140.	Realização da sanção: fim da execução forçada.....	193
141.	Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada.....	194
142.	Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	194
143.	Meios de execução	195
143-A.	Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015	196
144.	Autonomia do processo de execução	197
145.	Cumprimento da sentença e processo de execução	198
146.	Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial	199
147.	Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução	200
§ 17.	Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva.....	201
148.	Princípios informativos do processo de execução.....	201
149.	Princípio da realidade: toda execução é real	201
150.	Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	201
151.	Princípio da utilidade da execução.....	202
152.	Princípio da economia da execução	202
153.	Princípio da especificidade da execução.....	202
154.	Princípio dos ônus da execução	203
155.	Princípio do respeito à dignidade humana.....	203
156.	Princípio da disponibilidade da execução	204
157.	Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	205
158.	Honorários advocatícios na desistência da execução.....	206
§ 18.	Formas de execução e atos de execução.....	207
159.	As várias formas de execução	207
160.	Execução singular e execução coletiva.....	207
161.	Atos de execução.....	207
162.	Relação processual executiva.....	209
163.	A citação executiva	210
§ 19.	Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial....	211
164.	Procedimento da execução forçada.....	211
165.	Observações sobre a petição inicial.....	211
166.	Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	212
§ 20.	Disposições gerais.....	214
167.	Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução...	214
168.	Poderes do juiz no processo de execução	214
169.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução	216
170.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	218
171.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	218

CAPÍTULO VII

REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

§ 21.	Pressupostos e condições da execução forçada.....	220
172.	Pressupostos processuais e condições da ação	220
173.	O título executivo.....	220
174.	Função do título executivo	221

175.	Efeito prático do título executivo.....	222
176.	Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível	223
177.	Formas dos títulos executivos	225
178.	A exigibilidade da obrigação	225
179.	O inadimplemento em contrato bilateral	226

CAPÍTULO VIII
A RELAÇÃO PROCESSUAL E SEUS ELEMENTOS

§ 22.	Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução	228
180.	Elementos do processo executivo	228
	I – subjetivos.....	228
	II – objetivos.....	229

CAPÍTULO IX
ELEMENTOS SUBJETIVOS (I)

§ 23.	Partes. Legitimação ativa	230
181.	Nomenclatura	230
182.	Legitimação ativa	230
183.	Legitimação ativa originária do credor	230
184.	Legitimação extraordinária do Ministério Público	231
185.	Legitimação ativa derivada ou superveniente.....	231
186.	Espólio	232
187.	Herdeiros e sucessores.....	233
188.	Cessionário	233
189.	Sub-rogado.....	234
190.	Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	235
191.	Terceiros interessados.....	235
192.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente.....	235
§ 24.	Legitimação passiva	237
193.	Legitimação passiva	237
194.	Dívida e responsabilidade.....	237
195.	O devedor.....	238
196.	Espólio e sucessores	239
	I – Espólio	239
	II – Herdeiros	239
	III – Representação do espólio.....	239
	IV – Sucessores <i>causa mortis e inter vivos</i>	240
	V – Sucessão entre empresas	240
	VI – Desconsideração da personalidade jurídica	240
197.	O novo devedor.....	241
198.	Fiador judicial.....	242
199.	Fiador extrajudicial.....	242
200.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	243
201.	Responsável tributário.....	244
202.	Revelia do devedor e curador especial	246

§ 25.	Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução	248
203.	Litisconsórcio	248
204.	Assistência.....	248
205.	Denúnciação da lide	249
206.	Chamamento ao processo.....	250
§ 26.	Processo cumulativo	252
207.	Cumulação de execuções	252
208.	Cumulação sucessiva de execuções	253
209.	Cúmulo subjetivo	254

CAPÍTULO X ELEMENTOS SUBJETIVOS (II)

§ 27.	O órgão judicial	255
210.	Juízo competente para a execução	255
211.	Execução de sentença	255
212.	Competência para execução de títulos extrajudiciais	255
213.	Competência para a execução fiscal	256
214.	Título executivo extrajudicial estrangeiro	257
215.	Competência para deliberação sobre os atos executivos	257

CAPÍTULO XI ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

§ 28.	Objeto da atividade executiva	259
216.	Bens exequíveis.....	259
217.	Resquícios da execução pessoal	259
§ 29.	Responsabilidade patrimonial	260
218.	Obrigação e responsabilidade	260
219.	Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	261
	I – Bens presentes e futuros	261
	II – Bens excluídos da responsabilidade patrimonial	261
	III – Bens de empresa individual de responsabilidade limitada	262
220.	Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	262
221.	Responsabilidade executiva secundária	262
222.	Excussão de bens do sucessor singular	263
	I – Alienação do bem litigioso	263
	II – Ampliação do regime aplicável � alienação do bem litigioso	263
	III – Boa-fé do adquirente	264
	IV – Posição processual do terceiro adquirente.....	264
	V – Necessidade de intimação do terceiro adquirente	265
	VI – Defesa do terceiro adquirente.....	265
223.	Excussão de bens do sócio	265
224.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	266
	I – Desconsideração direta	266
	II – Desconsideração invertida	267
225.	Benefício de ordem na execução de d�vida de pessoa jurídica	267
226.	Bens do devedor em poder de terceiros.....	268
227.	Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação	269

227-A.	União estável em regime de separação total de bens	269
228.	Bens alienados em fraude à execução	270
229.	Casos de fraude à execução	272
	I – Bens objeto de ação fundada em direito real ou de pretensão reipersecutória.....	272
	II – Bens vinculados a processo de execução	273
	III – Bens sujeitos à hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial	274
	IV – Alienação que produz ou agrava a insolvência do devedor, na pendência do processo.....	274
	V – Alienações sucessivas e fraude à execução	275
	VI – Demais casos expressos em lei	275
230.	Fraude à execução e insolvência do devedor.....	276
	I – Particularidades da fraude prevista no inciso IV do art. 792 do CPC/2015	276
	II – Jurisprudência formada ao tempo do CPC de 1973	276
	III – Regime do CPC de 2015.....	276
	IV – Momento de configuração da fraude à execução	277
	V – Negócios jurídicos enquadráveis na fraude à execução	278
	VI – Defesa do terceiro adquirente	278
231.	A fraude por meio de negócio financeiro	278
232.	A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude à execução	279
233.	A posição do terceiro adquirente em face da execução	280
234.	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	281
235.	Bens sujeitos ao direito de retenção.....	283
236.	Excussão de bens do fiador.....	283
237.	Bens de espólio	284
238.	Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície	284
238-A.	Execução que envolva o direito real de laje	284
239.	A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução	285

CAPÍTULO XII

ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

§ 30.	Execução de títulos extrajudiciais	288
240.	Execução de sentença e ação executiva	288
241.	Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	288
§ 31.	Títulos executivos extrajudiciais	290
242.	Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	290
243.	Títulos cambiários e cambiariformes	291
244.	Duplicatas	292
245.	Responsáveis cambiários.....	292
	I – Tipicidade das coobrigações cambiárias	292
	II – Transferência de títulos cambiários nas operações de “factoring”	293
	III – Contrato de mútuo feneratício ajustado por empresa de “factoring”	294
	245.1. Fundos de investimento em direitos creditórios	295
246.	Documento público ou particular	295
246-A.	Decisão do Tribunal de Contas.....	296
247.	O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	296
248.	Contrato com convenção arbitral	297
249.	Confissões de dívida.....	297

250.	Contrato de abertura de crédito.....	298
251.	Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução.....	299
252.	Execução hipotecária.....	301
	I – Alienação do imóvel hipotecado.....	301
	II – Abandono do imóvel.....	301
	III – Remição pelo adquirente.....	302
	IV – Remição pelo executado.....	302
	V – Adjudicação pelo credor.....	303
	VI – Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel.....	303
252-A.	A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).....	303
253.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel.....	304
254.	A hipoteca e a prescrição.....	305
255.	Classificação das garantias.....	306
	I – Cauções reais.....	306
	II – Cauções fidejussórias.....	306
	255.1. Fiança. Extensão da caução fidejussória.....	307
256.	Seguros.....	307
257.	Rendas imobiliárias.....	308
258.	Aluguel de imóvel e encargos acessórios.....	308
259.	Encargo de condomínio.....	309
260.	Dívida ativa da Fazenda Pública.....	309
260-A.	Transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de crédito da Fazenda Pública Federal.....	312
261.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	312
262.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	313
263.	Títulos executivos definidos em outras leis.....	313
264.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.....	314
265.	Títulos estrangeiros.....	315

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 32.	Regras pertinentes às diversas espécies de execução.....	316
266.	Organização da matéria no Código de Processo Civil.....	316
267.	Direito de preferência gerado pela penhora.....	316
268.	Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	319
269.	A petição inicial.....	319
270.	A documentação da petição inicial.....	319
	I – Título executivo extrajudicial.....	319
	II – Prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo.....	319
	III – Demonstrativo do débito atualizado.....	320
	IV – Prova de que adimpliu a contraprestação que lhe corresponde.....	320
271.	Outras providências a cargo do credor.....	320
272.	Obrigações alternativas.....	320
273.	Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação.....	321

274.	Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada.....	321
275.	Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso.....	321
275-A.	Penhora de direitos reais sobre imóvel alheio: direito de superfície e direito de laje	322
275-B.	Penhora de cota de bem indivisível	323
276.	Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada	323
277.	Medidas acautelatórias	323
278.	Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	324
279.	Efeito da averbação	324
280.	Abuso do direito de averbação	325
281.	Petição inicial incompleta ou mal instruída.....	325
281-A.	Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes	326
282.	Execução e prescrição.....	326
	I – Interrupção da prescrição	326
	II – Prescrição intercorrente	327
283.	Nulidades no processo de execução	327
284.	Imperfeição do título executivo	328
285.	Falta de título executivo	328
286.	Nulidade da execução fiscal.....	328
287.	Vício da citação	329
288.	Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	330
289.	A arguição das nulidades	330
290.	A arrematação de bem gravado com direito real.....	331
291.	Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor.....	332
292.	Execução realizável por vários meios.....	332
	I – Execução pelo meio menos gravoso	332
	II – Casos de agravamento da onerosidade da execução.....	333
293.	Peculiaridades da citação executiva.....	334

CAPÍTULO XIV EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA

§ 33.	Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa	335
294.	Conceito	335
295.	Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa.....	335
296.	Procedimento	336
297.	Cominação de multa diária	338
298.	Regime dos embargos do executado	339
299.	Alienação da coisa devida.....	339
300.	Execução da obrigação substitutiva.....	339
301.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção.....	340
302.	Embargos de retenção	341
303.	Execução para entrega de coisa incerta.....	341
304.	Medidas de coerção e apoio.....	342

CAPÍTULO XV EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

§ 34.	Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer.....	345
305.	O problema da execução das prestações de fato	345

306.	Fungibilidade das prestações.....	346
307.	<i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação.....	346
	I – Revisão da multa	347
	II – Impossibilidade de realização da prestação	347
	III – Procedimento para exigência da multa periódica	347
308.	Distinções preliminares.....	348
309.	Princípios comuns	348
310.	Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	349
311.	Execução das prestações fungíveis.....	349
312.	Realização da prestação fungível por terceiro.....	350
313.	Inadimplência do terceiro contratante	351
314.	Realização da prestação pelo próprio credor	351
315.	O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817.....	352
316.	Autotutela prevista no atual Código Civil	352
317.	Execução das prestações infungíveis.....	353
318.	Execução das obrigações de não fazer.....	354

CAPÍTULO XVI EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

§ 35.	Noções gerais	358
319.	O objetivo da execução por quantia certa	358
319-A.	Prestações vincendas	359
320.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	359
321.	Espécies	360

CAPÍTULO XVII EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

§ 36.	Fase de proposição	361
322.	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	361
323.	Proposição.....	361
324.	Procedimento da penhora e avaliação	363
	I – Realização da penhora.....	363
	II – Falta de nomeação de bens à penhora	363
	III – Intimação da penhora.....	363
325.	Arresto de bens do devedor não encontrado	364
326.	Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	364
327.	Redução da verba honorária.....	365
328.	Majoração da verba honorária	365

CAPÍTULO XVIII FASE DE INSTRUÇÃO (I)

§ 37.	Penhora	366
329.	A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	366
330.	Natureza jurídica da penhora.....	367
331.	Função da penhora	368
332.	Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	369

333.	Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público	371
334.	Averbação da penhora no registro competente	373
335.	Lugar de realização da penhora	374
336.	Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução...	374
§ 38.	Objeto da penhora	376
337.	Bens penhoráveis e impenhoráveis	376
338.	Bens impenhoráveis	377
	I – Limitação da impenhorabilidade ao último salário mensal	380
	II – Limitação da impenhorabilidade a parte da remuneração	380
339.	Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	384
340.	Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural	385
341.	A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	385
341-A.	Renúncia à impenhorabilidade	388
342.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	389
342-A.	Pode a impenhorabilidade ser instituída por medida cautelar?	389
343.	Bens relativamente impenhoráveis	390
344.	As quotas ou ações de sociedades empresariais	391
345.	Limites da penhora	393
346.	Valor dos bens penhoráveis	393
347.	Escolha dos bens a penhorar	394
348.	A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	394
349.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes	395
350.	Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado	396
351.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	397
352.	Situação dos bens a penhorar	397
353.	Bens fora da comarca	398
§ 39.	Realização e formalização da penhora	399
354.	Penhora pelo oficial de justiça	399
355.	Penhora de bens em mãos de terceiro	399
356.	Dificuldade na localização dos bens a penhorar	400
357.	Frustração da diligência	400
358.	Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	400
359.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão	401
360.	Intimação de penhora	402
§ 40.	Penhoras especiais	403
361.	Particularidades da penhora de certos bens	403
362.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	403
	I – Penhora <i>on-line</i>	403
	II – Indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome do executado	404
	III – Bacen Jud /Sisbajud	405
	IV – Cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva	405
	V – Cumprimento parcial do bloqueio	405
	VI – Intimação e defesa do executado	406
	VII – Indisponibilidade procedida em conta conjunta	406

VIII – Decisão do juiz	407
IX – Conversão da indisponibilidade em penhora.....	407
X – Pagamento da dívida	408
XI – Responsabilidade das instituições financeiras.....	408
XII – Penhora <i>on-line</i> de conta de partido político.....	408
363. Impenhorabilidade do saldo bancário	409
364. Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais.....	410
365. Penhora sobre créditos do executado.....	411
366. Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	412
367. Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente	412
368. Penhora no rosto dos autos	412
369. Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....	413
370. Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada.....	414
371. Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas	414
I – Procedimento.....	414
II – Diligências a serem adotadas pela sociedade após a penhora	414
III – Liquidação das quotas ou ações	414
IV – Prazo para cumprimento das diligências.....	415
V – Leilão judicial das quotas ou das ações.....	415
VI – Procedimento para as sociedades anônimas de capital aberto	415
372. Penhora de direitos e ações	415
373. Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	416
374. Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária	416
375. Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	417
376. Penhora de navio ou aeronave	418
377. Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa	418
378. Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	418
379. Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento	420
380. Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	420
381. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	422
I – Conceito	422
II – Procedimento	423
III – Nomeação do administrador-depositário.....	423
IV – O administrador-depositário.....	423
V – Celebração de contrato de locação do móvel ou imóvel	423
VI – Pagamento da dívida.....	424
382. Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	424
383. Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor.....	424
384. Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens. Reunião das execuções.....	425
384.1. Intimações de outros exequentes com igual penhora.....	426
384.2. Requisitos da reunião de execuções	427
§ 41. Alterações e resgate da penhora	429
385. Modificações da penhora.....	429
386. Substituição da penhora.....	430
387. Substituição por iniciativa de qualquer das partes	430
388. Substituição por iniciativa do executado	431

389.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	432
390.	Menor onerosidade para o executado	432
391.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	433
391-A.	Momento da substituição da penhora por fiança bancária ou seguro garantia judicial....	434
392.	Remição da execução por quantia certa	434
§ 42.	Depósito e administração dos bens penhorados.....	436
393.	Depósito dos bens penhorados	436
394.	Escolha do depositário	436
395.	Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos	436
396.	Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	437
397.	Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos	437
398.	Função do depositário.....	437
399.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	438
400.	Depositário comum e depositário administrador	439
401.	Responsabilidade do depositário	439
402.	Entrega de bens após a expropriação executiva.....	440
403.	Prisão civil do depositário judicial	440

CAPÍTULO XIX
FASE DE INSTRUÇÃO (II)

§ 43.	Expropriação	442
404.	Conceito	442
405.	Modalidades de expropriação	442
	I – Variações do ato expropriatório	442
	II – Ordem de preferência entre os meios expropriatórios	443
	III – Remição dos bens penhorados	443
406.	Avaliação	443
407.	O encarregado da avaliação.....	444
408.	Laudo de avaliação.....	444
409.	Dispensa da avaliação.....	445
410.	Avaliação de bem imóvel	446
411.	Avaliação e contraditório	446
412.	Repetição da avaliação	446
	I – Cabimento.....	446
	II – Realização especial de nova avaliação.....	447
	III – Regras a observar na segunda avaliação.....	447
	IV – Impugnação à avaliação	448
413.	Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	448
§ 44.	Adjudicação	450
414.	Introdução.....	450
415.	Conceito de adjudicação	450
416.	Requisitos da adjudicação.....	451
417.	Intimação do executado	451
418.	Depósito do preço.....	452
419.	Legitimação para adjudicar	452
420.	Adjudicação por credor.....	453

421.	Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado.....	454
422.	Prazo para a adjudicação.....	455
423.	Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	455
424.	Auto de adjudicação	457
425.	Aperfeiçoamento da adjudicação.....	457
426.	Carta de adjudicação	457
427.	Remição do imóvel hipotecado.....	458
§ 45.	Alienação por iniciativa particular	460
428.	As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular.....	460
	I – Cabimento da alienação por iniciativa particular.....	460
	II – Procedimento	460
	III – Escolha do corretor ou leiloeiro público para a alienação por iniciativa particular.....	461
429.	O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular	461
	I – Valor a observar na alienação	461
	II – Vantagens da alienação por iniciativa particular reconhecidas doutrinariamente	462
430.	Formalização da alienação por iniciativa particular	463
431.	Carta de alienação.....	463
	I – Alienação de bem imóvel	463
	II – Alienação de bem móvel.....	464
§ 46.	Alienação em leilão judicial	465
432.	Conceito de leilão judicial e arrematação	465
433.	Espécies de hasta pública	465
434.	Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa	466
435.	Edital do leilão	466
436.	Leiloeiro público	467
	I – Deveres do leiloeiro	467
	II – Remuneração do leiloeiro.....	467
436-A.	Leilão eletrônico (particularidades)	468
437.	Publicidade do edital	469
438.	Intimação da alienação judicial ao devedor	470
439.	Outras intimações da alienação judicial	470
	I – Outros credores com direito incidente sobre os bens a leiloar	470
	II – Titulares de direito real sobre o bem a leiloar.....	471
440.	Adiamento do leilão	472
441.	O leilão judicial	473
442.	Aquisição do bem leiloado a prazo.....	473
	I – Oportunidade para pleitear a aquisição a prazo	473
	II – A proposta	474
	III – Mora ou inadimplemento do adquirente.....	474
	IV – Realização do leilão, não obstante a proposta de parcelamento	474
	V – O cumprimento das prestações	475
443.	Legitimação para arrematar.....	475
444.	Forma de pagamento e formalização da arrematação	476
445.	Auto de arrematação.....	477
446.	Arrematação de imóveis.....	478

447.	Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações	479
448.	Remédios contra os vícios da arrematação	479
449.	Desistência da arrematação	480
450.	Invalidez e ineficácia da arrematação no regime do CPC/2015.....	481
451.	Natureza da perda de efeitos da arrematação	482
452.	Invalidação da arrematação por preço vil ou defasado.....	484
453.	Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros	484
454.	Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....	485
455.	Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	485
456.	Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....	485
457.	Carta de arrematação	486
458.	Arrematação e remição da execução	488
459.	Efeitos da arrematação	489
460.	Evicção e arrematação	490
461.	Vícios redibitórios	491
462.	Ação anulatória da arrematação	492
	462.1. Prazo para propositura da anulatória	492
463.	Remição dos bens arrematados	493
§ 47.	Apropriação de frutos e rendimentos.....	495
464.	Modalidade especial de expropriação	495
465.	Iniciativa.....	495
466.	Pressuposto	495
467.	Procedimento	496
468.	Pagamento ao exequente.....	496

CAPÍTULO XX
FASE DE SATISFAÇÃO

§ 48.	Pagamento ao credor de quantia certa	497
469.	Satisfação do direito do exequente.....	497
470.	Última etapa do processo de execução.....	498
§ 49.	Pagamento por entrega do dinheiro	499
471.	Entrega do dinheiro	499
	471.1. Levantamento a maior	499
472.	Concurso de preferência sobre o produto da execução	500
	472.1. Concurso de preferência e crédito da Fazenda Pública.....	501
472-A.	Das preferências de direito substancial	502
473.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado	503
474.	Procedimento do concurso particular	504

CAPÍTULO XXI
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

§ 50.	Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do Poder Público.....	506
475.	Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa ...	506
	I – Título judicial (cumprimento de sentença)	507
	II – Título extrajudicial	507
476.	Defesa da Fazenda Pública.....	508

	I – Conteúdo dos embargos à execução.....	508
	II – Cumulação de execuções.....	508
	III – Arguição de incompetência.....	508
	IV – Arguição de suspeição ou impedimento.....	509
	V – Excesso de execução.....	509
477.	Julgamento.....	509
	I – Execução embargada.....	509
	II – Execução não embargada.....	509
	III – Honorários advocatícios.....	510
	IV – Erro e excessos nos cálculos homologados.....	510
	V – Ordem de preferência para o cumprimento dos precatórios. Credores idosos ou portadores de doença grave e pessoas deficientes.....	510
477-A.	Suspensão e extinção de executivos fiscais de pequeno valor.....	511

CAPÍTULO XXII EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS

§ 51.	Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos.....	513
478.	Introdução.....	513
479.	Execução autônoma da prestação alimentícia.....	513
479-A.	Protesto e inscrição do devedor de alimentos em cadastros de inadimplentes.....	514
480.	Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015.....	514
481.	Averbação em folha de pagamento.....	514
482.	Prisão civil do devedor.....	515
483.	Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos ...	516

Parte III Oposição à Execução Forçada

CAPÍTULO XXIII RESISTÊNCIA DO DEVEDOR E DE TERCEIROS

§ 52.	Embargos à execução.....	519
484.	Resistência à execução.....	519
485.	Outros meios impugnativos.....	520
486.	Embargos e impugnação.....	521
487.	Natureza jurídica dos embargos à execução.....	523
488.	Classificação dos embargos do devedor.....	524
489.	Legitimação.....	525
490.	Autonomia dos embargos de cada coexecutado.....	525
491.	Competência.....	527
492.	Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	528
493.	Segurança do juízo.....	529
494.	Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	530
	I – Regra básica da contagem do prazo dos embargos à execução.....	530
	II – Citação por carta precatória.....	530
	III – Unicidade do prazo de embargos e impugnação a atos executivos posteriores aos embargos.....	530
	IV – Tentativa de conciliação e prazo para embargar a execução.....	531
495.	Litisconsórcio passivo e prazo para embargar.....	531
496.	Rejeição liminar dos embargos.....	532

I – Casos de rejeição liminar dos embargos	532
II – Embargos intempestivos	532
III – Inépcia da petição inicial e outros casos de indeferimento	532
IV – Vícios sanáveis	533
V – Natureza do indeferimento	533
VI – Embargos manifestamente protelatórios	533
497. Procedimento	534
498. A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios	535
499. Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé	537
500. Os embargos à execução e a revelia do embargado	537
501. Efeitos dos embargos sobre a execução	539
502. Atribuição de efeito suspensivo aos embargos	539
503. Embargos parciais	540
504. Embargos de um dos coexecutados	541
505. Embargos fundados em excesso de execução	541
506. Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento	542
507. Embargos de retenção por benfeitorias	542
508. Matéria argüível nos embargos à execução	542
509. Arguição de nulidade da execução	543
510. Vícios da penhora e da avaliação	544
511. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	545
512. Retenção por benfeitorias	546
513. Defesas próprias do processo de conhecimento	547
514. Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente	547
515. Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução	548
516. Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	549
517. Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015	550
518. Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015	550
519. A posição especial do arrematante	551
520. Exceção de pré-executividade	552
521. Sucumbência na exceção de pré-executividade	553
§ 53. Parcelamento judicial do crédito exequendo	555
522. Moratória legal	555
523. Requisitos para a obtenção do parcelamento	555
524. Procedimento do incidente	556
525. Indeferimento do parcelamento	557
526. Descumprimento do parcelamento	558
§ 54. Embargos de terceiro	560
527. Visão geral	560
528. Natureza da ação	560
529. Legitimação ativa	561
530. <i>Provocatio ad agendum</i>	562
531. Legitimação passiva	562
532. Valor da causa	562
533. Competência	563
534. Oportunidade	563
535. Julgamento e recurso	563

536.	Procedimento	563
537.	Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar	564
538.	Efeitos do julgamento do mérito dos embargos	564
539.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	564
540.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	565

Parte IV
Insolvência Civil

CAPÍTULO XXIV

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

§ 55.	Execução concursal	569
541.	Introdução	569
542.	Execução coletiva e execução singular	569
543.	Pressupostos da execução coletiva.....	571
544.	Efeitos da declaração de insolvência.....	572
545.	Características da execução coletiva.....	573
546.	Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	574
§ 56.	Primeira fase do processo de insolvência	576
547.	Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	576
548.	Caracterização da insolvência	577
§ 57.	Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo	579
549.	Legitimação.....	579
550.	Insolvência requerida pelo credor	580
551.	Caráter facultativo da ação concursal	580
552.	Insolvência de cônjuges.....	581
553.	Ausência de bens penhoráveis do devedor	581
§ 58.	Procedimentos da execução coletiva	583
554.	Procedimento da insolvência requerida pelo credor.....	583
555.	Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	584
555-A.	Particularidades da insolvência do espólio.....	586
§ 59.	Competência para a execução concursal	588
556.	Competência.....	588
§ 60.	Sentença declaratória de insolvência	589
557.	Declaração judicial de insolvência.....	589
§ 61.	Administração da massa	591
558.	O administrador da massa.....	591
559.	Atribuições do administrador	592
§ 62.	Concurso de credores	593
560.	Verificação e classificação dos créditos	593
561.	Credores retardatários e credores sem título executivo	594
562.	Quadro geral de credores.....	595
	I – Quando não há impugnação de créditos	595
	II – Quando há impugnação de crédito	595

§ 63. Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo	597
563. Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	597
564. Encerramento e suspensão do processo.....	597
565. Saldo devedor	598
566. Extinção das obrigações	599
§ 64. Disposições gerais	602
567. Concordata civil.....	602
567-A. Lei do Superendividamento nas relações de consumo (Lei nº 14.181/2021).....	602
567-B. Superendividamento do consumidor e insolvência civil.....	604
567-C. Recuperação judicial do produtor rural, nos moldes da Lei nº 11.101/2005.....	605
567-D. Recuperação judicial e concomitância de execução singular.....	606
568. Pensão para o devedor no processo de insolvência.....	606
569. Insolvência de pessoas jurídicas.....	607
570. Editais	607

Parte V

Crises da Execução e Sistema Recursal

CAPÍTULO XXV

SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 65. Vicissitudes do processo executivo	611
571. Suspensão da execução.....	611
572. Casos de suspensão.....	612
573. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015	613
I – Previsões do art. 313	613
II – Previsão do art. 315	614
III – Suspensão convencional.....	614
IV – Suspensão para parcelamento legal do débito.....	614
V – Suspensão por transação.....	614
574. Suspensão provocada por embargos	614
575. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	615
575-A. Suspensão por não localização do executado.....	615
576. Suspensão e prescrição intercorrente	615
I – Execução por quantia certa.....	615
II – Nulidade do procedimento de decretação da prescrição intercorrente	618
III – Outras modalidades de execução.....	618
577. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015.....	619
578. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor.....	620
579. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados	620
580. Suspensão em razão do parcelamento do débito	620
581. Efeitos da suspensão	621
582. Extinção da execução	621
583. Extinção por indeferimento da petição inicial.....	621
584. Extinção por satisfação da obrigação (remissão da execução).....	622
585. Extinção da dívida por qualquer outro meio	622
586. Extinção por renúncia	623
587. Extinção pela prescrição intercorrente.....	623

588.	Outros casos de extinção da execução	623
589.	Sentença de extinção	624
590.	Coisa julgada	625
§ 66.	Recursos no processo de execução	628
591.	O problema recursal na execução	628
592.	Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	628
593.	Casos de cabimento da apelação	629
594.	Casos de agravo de instrumento	629
595.	Efeitos dos recursos	629
596.	Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	630
597.	Causas de alçada.....	630
598.	Recursos extraordinário e especial	630

Parte VI
O Processo nos Tribunais

CAPÍTULO XXVI
NOÇÕES GERAIS

§ 67.	O processo nos tribunais.....	631
599.	Duplo grau de jurisdição.....	631
600.	Competência dos tribunais.....	631
601.	Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	632
602.	Casos de competência originária dos tribunais	632
	I – Supremo Tribunal Federal.....	632
	II – Superior Tribunal de Justiça.....	633
	III – Tribunais Regionais Federais.....	633
	IV – Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.....	633
603.	Posição da matéria no Código de Processo Civil de 2015.....	634
604.	O funcionamento dos tribunais	635
605.	O sistema de julgamento dos tribunais.....	636
606.	A relevante função do relator	636
	I – Funções de natureza de gestão processual	636
	II – Funções de natureza decisória	637
	III – Ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou existência de questão apreciável de ofício pelo tribunal.....	638
	IV – Vícios sanáveis	638
	V – Necessidade de produção de prova	639
607.	O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	639
	I – Registro e distribuição.....	639
	II – Prevenção.....	639
	III – Relatório e voto do relator.....	639
	IV – Designação de dia para julgamento	640
	V – Ordem de julgamento	640
	VI – Sustentação oral.....	640
	VII – Sustentação oral nos incidentes de resolução de demandas repetitivas	641
	VIII – Julgamento do colegiado.....	642
	IX – Pedido de vista dos julgadores.....	642
	X – Retratação de voto	643

XI – Resultado do julgamento	643
XII – Relevância do voto vencido	643
XIII – Julgamento prolongado: decisão não unânime de apelação, de ação rescisória e de agravo de instrumento (substitutivo dos extintos embargos infringentes).....	644
XIV – Acórdão e publicação.....	646
XV – Documentação eletrônica do julgamento.....	647
XVI – Não publicação do acórdão no prazo de trinta dias	647
XVII – Julgamento por meio eletrônico	647
XVIII – Julgamento virtual, por disciplina regimental.....	648
§ 68. Valorização da jurisprudência	650
608. A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	650
608-A. Presença marcante do sistema de precedente ao longo de todo o CPC/2015.....	652
609. Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais.....	654
609-A. Precedentes e princípios jurídicos	657
609-B. Pode-se pensar em predomínio atual do Judiciário?.....	659
610. Características do sistema sumular	660
611. A posição do atual CPC sobre a força normativa da jurisprudência	661
I – Harmonização entre o CPC e a Constituição.....	661
II – O direito jurisdicional visto pela doutrina e jurisprudência.....	665
612. Uniformização da jurisprudência e causas de massa	667
I – Sistema de enfrentamento das causas repetitivas	667
II – Combate ao exercício abusivo ou predatório do direito de ação.....	668
612-A. Uniformização da jurisprudência nos Tribunais Superiores por meio do regime especial de recursos repetitivos.....	670
613. Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes	671
613.1. Decisão do STF em regime de repercussão geral: formação de precedente vinculante	675
613.2. Esvaziamento da Súmula Vinculante.....	677
614. Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências ..	678
614-A. Otimização do sistema de precedente.....	679
614-B. Identidade entre o precedente e a causa nova	681
614-C. Precedente e analogia	683
614-D. Técnica operacional do sistema de precedentes: identificação, distinção e superação...	684
I – Identificação.....	684
II – Distinção.....	685
III – Superação	686
IV – Procedimentos de superação do precedente	687
615. Publicidade e alteração da jurisprudência	688
615.1. Modulação da jurisprudência vinculante.....	689
616. A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais.....	690
616.1. A reclamação para o STJ após o advento do CPC/2015.....	692
617. Súmula jurisprudencial	694
618. Súmula vinculante.....	694
619. Regulamentação da súmula vinculante.....	695
I – Destinatários.....	695
II – Objeto	696
III – Pressupostos.....	696
IV – Procedimento	696

V – Legitimação	697
VI – <i>Amicus curiae</i>	697
VII – Vigência.....	697
VIII – Processos pendentes	698
IX – Processo administrativo	698
X – Reclamação.....	698
§ 69. Incidente de assunção de competência.....	699
620. Conceito	699
620-A. Natureza jurídica.....	700
621. Pressupostos.....	700
622. Procedimento	700
I – Requisitos	700
II – Legitimidade.....	700
III – Fases do procedimento.....	701
IV – Julgamento do IAC.....	701
623. Efeitos da decisão	701
§ 70. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	703
624. O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	703
625. Regulamentação legal.....	703
I – Ação de declaração de inconstitucionalidade (controle direto).....	703
II – Incidente de declaração de inconstitucionalidade (controle indireto)	704
626. O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	704
627. Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	705
628. Iniciativa de arguição.....	705
629. Momento da arguição	705
630. Competência para apreciar o cabimento do incidente	706
631. O julgamento da arguição.....	706
§ 71. Conflito de competência	709
632. Conflito de competência	709
§ 72. Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória ...	711
633. A eficácia da decisão estrangeira	711
634. O sistema nacional.....	711
635. A homologação da decisão estrangeira.....	712
636. Decisões estrangeiras homologáveis.....	712
I – Decisão judicial definitiva e decisão não judicial que teria natureza jurisdicional no Brasil	712
II – Decisão estrangeira para fins de execução fiscal	713
III – Decisão arbitral estrangeira	713
IV – Pendência de ação no Brasil	714
637. Decisões estrangeiras que dispensam homologação.....	714
638. Homologação parcial da decisão estrangeira	715
639. Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	715
639-A. Concorrência entre processos estrangeiro e nacional.....	716
640. Natureza da decisão homologatória	717
640.1. Objeto do processo homologatório.....	718
640.2. Honorários advocatícios sucumbenciais	718

641.	O procedimento da homologação	719
	I – Requerimento	719
	II – Arquivamento do pedido.....	719
	III – Citação e defesa	719
	IV – Manifestação do Ministério Público Federal.....	720
	V – Competência para o julgamento.....	720
	VI – Recurso contra o julgamento.....	720
642.	A execução	720
643.	Pedidos de urgência	720
643-A.	Rescisão da sentença estrangeira	721
644.	A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	721
645.	Execução de medida de urgência estrangeira	722
646.	Procedimento do <i>exequatur</i>	723
	I – Requisitos para o <i>exequatur</i>	723
	II – Competência	723
	III– Manifestação do Ministério Público Federal.....	723
	IV – Recurso contra decisão do Presidente.....	723
	V – Execução após o <i>exequatur</i>	723
§ 73.	Ação rescisória	724
647.	Conceito	724
648.	Pressupostos.....	726
	I – Decisão de mérito transitada em julgado	726
	II – Prazo decadencial	727
	III – Sentenças terminativas	727
	IV – Decisões interlocutórias de mérito	727
	V – Identificação das decisões de mérito.....	727
	VI – Trânsito em julgado	728
649.	Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial.....	728
	I – Coisa julgada sobre questão principal e questão prejudicial.....	728
	II – Distinção entre os regimes da coisa julgada referente à questão principal e à questão incidental	729
649-A.	Sentença civil em contradição com sentença criminal	730
650.	Decisões terminativas rescindíveis	731
	I – Rescindibilidade excepcional de decisão que não resolveu o mérito.....	731
	II – Decisão terminativa que impede o reexame do mérito.....	732
651.	Rescisão parcial	733
652.	Casos de admissibilidade da rescisória	733
653.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	734
654.	Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II).....	735
655.	Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	735
656.	Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III).....	736
657.	Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	737
658.	Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V).....	739
	I – Sistema do antigo CPC	739
	II – Sistema do CPC/2015.....	739
	III – Inovação da Lei nº 13.256/2016.....	742
	IV – Rescisão da sentença no capítulo relativo aos honorários advocatícios sucumbenciais.....	742

658-A. Natureza da norma violada.....	743
658-B. Ofensa à norma reguladora dos honorários advocatícios sucumbenciais	743
659. Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência	744
660. Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V)	745
660-A. Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF	748
660-B. Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF.....	748
660-C. Ofensa à jurisprudência uniformizada pelo STJ.....	748
661. Falsidade de prova (art. 966, VI).....	749
662. Prova nova (art. 966, VII)	750
662-A. Momento de produção da prova nova	752
663. Erro de fato (art. 966, VIII).....	752
664. Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	753
664-A. Divergência doutrinária acerca do cabimento da ação anulatória	754
664-B. Autocomposição e título executivo judicial.....	756
665. Atos sujeitos à ação anulatória	757
666. Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória	758
667. Fundamentos da ação anulatória	758
668. Prazo para ajuizamento da ação.....	759
669. Natureza da ação	759
670. Sentença homologatória em processo contencioso	759
670-A. Anulação e rescisão de partilha.....	760
671. Legitimação	760
672. Legitimação do Ministério Público	762
673. Legitimação passiva	762
674. Citação tardia do litisconsorte necessário	763
675. Rescisão de decisão objetivamente complexa	764
676. Caução	764
677. Competência.....	765
678. O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	767
678-A. Valor da causa.....	768
678-B. Restituição dos honorários advocatícios fixados na sentença quando a rescisória é acolhida	769
679. Multa de 5% sobre o valor da causa.....	770
680. A execução da sentença rescindenda	771
681. Indeferimento da inicial	771
682. Procedimento	772
682-A. Revisor no processamento da ação rescisória, perante o STJ.....	774
683. Natureza e conteúdo da decisão	775
683-A. A verba sucumbencial da sentença rescindenda: custas e honorários de advogado.....	776
684. A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé	776
685. Preservação de efeitos da sentença rescindida	779
686. Rescisória de rescisória	780
687. Prazo de propositura da ação rescisória.....	780
688. Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente	782
689. A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça	786
689-A. A interpretação constitucionalmente correta do art. 975 do CPC.....	788

690.	Contagem do prazo	788
	I – Vencimento em férias forenses, recesso, feriados ou dia em que não houver expediente	788
	II – Termo inicial diferenciado	788
	III – Casos problemáticos	789
691.	Extinção da ação rescisória por abandono da parte	790
692.	Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória	790
693.	Sentença nula de pleno direito	792
§ 74.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	796
694.	Conflitos individuais e conflitos coletivos	796
695.	Natureza jurídica do incidente	797
696.	Força de coisa julgada e força executiva	798
696-A.	O conteúdo do julgamento que acolhe o incidente de resolução de demandas repetitivas	798
697.	Cabimento do incidente	799
698.	Objetivos do incidente	801
699.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência	802
700.	Legitimidade para a promoção do incidente	804
701.	Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau	804
702.	Desistência ou abandono do processo	805
703.	Participação do Ministério Público	805
704.	Competência	806
705.	Detalhes do procedimento	806
	I – Registro e autuação	806
	II – Publicidade	806
	III – Primeiras deliberações do relator	807
	IV – A incomum amplitude do contraditório	808
	V – Intervenções no incidente	809
	VI – Encerramento das diligências	810
	VII – Sessão de julgamento	810
	VIII – Acórdão	810
	IX – Prazo para o julgamento do incidente	810
	705.1. Padronização de procedimentos administrativos relacionados com o julgamento dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência	811
706.	Força vinculante da decisão do incidente	811
	706.1. Força vinculante e teoria da distinção	812
	706.2. Identidade de questão e não de causa	813
707.	Publicidade especial	813
708.	Recursos	813
709.	Reclamação	815
710.	Revisão da tese firmada no incidente	816
§ 75.	Reclamação	818
711.	Histórico	818
712.	Natureza da reclamação	819
713.	Cabimento	819
	I – Casuísmo legal	819

	II – Abrangência da reclamação.....	820
	III – Inadmissibilidade da reclamação.....	821
	IV – Reclamação durante o cumprimento do acórdão.....	821
	V – Existência de outros remédios processuais.....	822
	VI – Reclamação em matéria de juízo de admissibilidade dos recursos ordinários.....	823
	VII – Reclamação contra inobservância de precedente obrigatório oriundo de resolução de casos repetitivos.....	823
714.	Legitimidade.....	824
715.	Procedimento.....	825
	I – Petição inicial.....	825
	II – Autuação e distribuição.....	825
	III – Atos do relator.....	825
	IV – Impugnação do pedido.....	825
	V – Participação do Ministério Público.....	826
	VI – Procedência da reclamação.....	826
	VII – Acórdão.....	826
	VIII – Honorários de advogado.....	826

Parte VII
Recursos

CAPÍTULO XXVII
SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

§ 76.	Recursos.....	827
716.	Conceito.....	827
717.	Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais.....	827
718.	Classificação dos recursos.....	829
	I – Quanto ao fim colimado pelo recorrente.....	829
	II – Quanto ao juízo que se encarrega do julgamento.....	829
	III – Quanto à extensão do reexame de um órgão sobre a matéria decidida por outro....	830
	IV – Quanto aos motivos da impugnação.....	830
	V – Quanto à marcha do processo rumo à execução da decisão impugnada.....	831
719.	Fundamento e natureza do direito ao recurso.....	831
720.	Atos sujeitos a recurso.....	832
721.	Recursos admissíveis.....	833
	I – No primeiro grau de jurisdição (juízo de primeira instância), o CPC/2015 admite os seguintes recursos.....	833
	II – Quanto aos acórdãos dos tribunais, admite o atual Código os seguintes recursos.....	833
	III – Para as decisões de segundo grau, diferentes de acórdão, o atual Código prevê os seguintes recursos.....	833
722.	Reclamação.....	834
723.	Correição parcial.....	834
724.	A técnica de julgamento dos recursos.....	835
	724.1. Julgamento ampliado, em caso de falta de unanimidade.....	836
	724.2. Julgamento ampliado, em caso de agravo de instrumento e de ação rescisória...	836
	724.3. Julgamento ampliado em caso de embargos de declaração.....	837
§ 77.	Princípios gerais dos recursos.....	838
725.	Princípios fundamentais dos recursos civis.....	838

726.	Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis.....	839
727.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	839
728.	Princípio da taxatividade	842
729.	Princípio da singularidade.....	843
730.	Princípio da fungibilidade	844
731.	Princípio da dialeticidade.....	845
732.	Princípio da voluntariedade	846
733.	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	847
734.	Princípio da complementaridade: inaplicabilidade aos recursos civis	847
735.	Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	848
736.	A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do CPC/2015	849
737.	Princípio da consumação.....	850
§ 78.	Disposições gerais relativas aos recursos civis.....	852
738.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos	852
739.	Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos	853
740.	Cabimento: atos judiciais recorríveis	853
741.	Tempestividade do recurso.....	853
	I – Prazo para o réu ainda não citado.....	855
	II – Prazo para o réu revel.....	855
	III – Recurso remetido pelo correio.....	855
	IV – Comprovação de feriado local.....	855
	V – Vista dos autos para a interposição do recurso	857
742.	Recurso interposto antes da publicação do julgado	858
743.	Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	859
744.	Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	861
745.	Legitimação para recorrer.....	862
	I – Generalidades	862
	II – Requisito da sucumbência.....	863
	III – Litisconsórcio unitário	863
	IV – Discordância da fundamentação do julgado	863
	V – Recurso do vencedor.....	863
	VI – Terceiro prejudicado.....	864
746.	Particularidades do recurso de terceiro	865
747.	Recurso de terceiro e coisa julgada.....	867
748.	Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente	868
749.	Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	868
750.	Singularidade do recurso	869
751.	Adequação e fungibilidade dos recursos	869
752.	Preparo	869
	I – Preparo e deserção	869
	II – Inovações do CPC/2015 em relação à deserção.....	870
753.	Motivação e forma	871
753-A.	Recurso total e recurso parcial.....	873
	I – Recurso parcial.....	873
	II – Recurso parcial e efeito devolutivo	873

	III – Recurso parcial e efeito expansivo.....	873
	IV – Recurso contra decisão única com multiplicidade de fundamentos	874
754.	Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	875
	I – Fatos impeditivos	875
	II – Desistência do recurso	875
	III – Desistência dos recursos em tramitação no STJ e no STF.....	875
	IV – Renúncia do recurso	876
	V – Aspectos comuns da desistência e da renúncia	876
755.	Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	876
756.	Recurso adesivo.....	877
757.	Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	879
758.	A recorribilidade necessária da decisão singular do relator.....	881
§ 79.	Efeitos da interposição do recurso	882
759.	Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo.....	882
760.	Efeito substitutivo	882
761.	Efeito translativo	883
762.	Efeito expansivo	885
§ 80.	A apelação	887
763.	Conceito	887
764.	O CPC/2015 e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença.....	887
765.	Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento	888
766.	Interposição da apelação.....	888
767.	Efeitos da apelação.....	890
	I – Efeito devolutivo.....	890
	II – Efeito suspensivo.....	893
768.	Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa.....	895
769.	Questão de fato e questão de direito.....	896
770.	Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013...	896
770-A.	Posição consolidada do STJ.....	898
771.	Prescrição e decadência.....	899
772.	A apelação e as nulidades sanáveis do processo	899
773.	Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação	900
774.	Recebimento da apelação.....	901
	I – Pelo juiz de primeiro grau.....	901
	II – Pelo tribunal <i>ad quem</i>	901
775.	A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	902
776.	Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator.....	903
777.	Deserção.....	903
778.	Prazo para interposição da apelação	904
779.	Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração.....	904
780.	Julgamento em segunda instância	905
	780.1. Julgamento com <i>quorum</i> ampliado.....	905
§ 81.	Agravo de instrumento.....	908
781.	Conceito	908

782.	Espécies de agravo	908
	I – Agravo de instrumento e agravo interno	908
	II – Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	909
	III – Casos de agravo interno	909
	IV – Síntese.....	909
783.	Recorribilidade das decisões interlocutórias.....	909
783-A.	Decisão interlocutória e mandado de segurança.....	911
784.	Agravo de instrumento	912
	784.1. Taxatividade dos casos questionáveis por meio de agravo de instrumento.....	915
	784.2. Decisões interlocutórias do processo de recuperação judicial e falência	917
	784.3. O cabimento do agravo fora do rol taxativo da lei, segundo a teoria da “derrotabilidade” das normas jurídicas.....	917
785.	Prazo de interposição	920
786.	Formação do instrumento do agravo.....	920
	I – Conteúdo e instrução do recurso.....	920
	II – Meios para a interposição do agravo.....	921
	III – Vícios sanáveis ou ausência de peças obrigatórias no instrumento.....	922
787.	Efeitos do agravo de instrumento	922
788.	Processamento do agravo de instrumento.....	923
	I – Juntada de cópia do agravo no juízo de primeiro grau	923
	II – Atos do relator.....	923
789.	O contraditório.....	925
790.	Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i>	926
791.	Julgamento do recurso pelo colegiado	926
	I – Prazo para julgamento.....	926
	II – Intervenção do Ministério Público.....	927
	III – Sustentação oral.....	927
	IV – Ampliação de julgamento	927
792.	Encerramento do feito	927
793.	Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	927
§ 82.	Agravo interno	931
794.	Conceito	931
795.	Procedimento	931
796.	Efeitos do agravo interno	932
797.	Sustentação oral.....	932
798.	Fungibilidade.....	933
§ 83.	Embargos de declaração	935
799.	Conceito e cabimento.....	935
800.	Pressupostos dos embargos de declaração.....	935
801.	Obscuridade no julgamento	936
802.	Contradição	937
803.	Omissão	938
804.	Hipóteses de omissão	940
805.	Erro material.....	940
806.	Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração.....	942
807.	Procedimento	945
	I – Proposição dos embargos.....	945

	II – Julgamento.....	945
	III – Contraditório.....	946
808.	Prequestionamento.....	946
809.	Efeito interruptivo.....	947
810.	Recurso interposto antes dos embargos de declaração.....	948
811.	Efeito suspensivo especial.....	949
811-A.	Possibilidade de concessão de efeito suspensivo.....	950
812.	Efeito integrativo.....	951
813.	Embargos manifestamente protelatórios.....	951
	I – Sanções aplicáveis aos embargos protelatórios.....	951
	II – Embargos de prequestionamento para recursos especial e extraordinário.....	952
	III – Aplicação da penalidade aos embargos protelatórios.....	952

CAPÍTULO XXVIII
RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 84.	Recurso ordinário.....	956
814.	Introito.....	956
815.	Recurso ordinário para o STF.....	957
	I – Cabimento.....	957
	II – Requisitos de admissibilidade.....	958
	III – Interposição.....	958
	IV – Julgamento do mérito.....	958
	V – Concessão de efeito suspensivo.....	958
	VI – Fungibilidade.....	959
816.	Recurso ordinário para o STJ.....	959
	I – Cabimento.....	959
	II – Requisitos de admissibilidade.....	959
	III – Interposição.....	960
	IV – Recurso adesivo.....	960
	V – Julgamento do mérito.....	961
	VI – Concessão de efeito suspensivo.....	961
§ 85.	Recursos extraordinário e especial.....	963
817.	Recurso extraordinário.....	963
818.	Pressupostos do recurso extraordinário.....	963
819.	Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário.....	969
820.	Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	970
821.	Procedimento no STF.....	971
822.	Reflexos da decisão acerca da repercussão geral.....	972
	I – Sobre processos em curso em grau inferior de jurisdição.....	972
	II – Sobre outros recursos extraordinários em curso.....	973
	III – Efeitos sobre decisão transitada em julgado.....	974
	IV – Desistência do recurso após reconhecimento da repercussão geral.....	974
823.	O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF.....	975
823-A.	Inovações da Emenda Regimental 54/2020.....	976
824.	Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral.....	976
825.	Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral.....	977

	I – Sobrestamento dos processos que versem sobre a mesma questão.....	977
	II – Recurso contra decisão de sobrestamento.....	977
	III – Recurso contra decisão de sobrestamento de recurso intempestivo.....	978
	IV – Julgamento do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.....	978
	V – Questões já resolvidas pela jurisprudência do STF.....	978
826.	Função do recurso extraordinário.....	979
827.	Efeitos do recurso extraordinário.....	979
	I – Efeito apenas devolutivo.....	979
	II – Tutela de urgência no recurso extraordinário para obtenção do efeito suspensivo....	980
828.	Processamento do recurso extraordinário.....	981
	I – Interposição.....	981
	II – Contraditório.....	981
	III – Juízo de admissibilidade.....	982
	IV – Casos em que não ocorrerá o juízo de admissibilidade no tribunal recorrido, com a subida do feito ao tribunal superior.....	982
	V – Juízo de admissibilidade negativo no tribunal recorrido.....	982
	VI – Recursos manejáveis em face do juízo que inadmite o recurso extraordinário (ou o especial).....	983
	VII – A relevância da distinção feita pela lei entre “negativa de seguimento” e “inadmissão” dos recursos extraordinário e especial.....	983
	VIII – Outros poderes do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido.....	984
829.	O preparo dos recursos para o STF e para o STJ.....	984
830.	O recurso extraordinário por via eletrônica.....	985
831.	Julgamento do recurso e julgamento da causa.....	985
832.	Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão.....	988
833.	Poderes do relator.....	990
834.	Recurso especial para o STJ.....	990
	I – Cabimento do recurso especial.....	990
	II – Elasticidade do conceito de questão de direito.....	992
	III – Casuísmo constitucional.....	993
	IV – Requisito básico.....	994
	V – Inovação no regime de admissibilidade do recurso especial instituída pela EC 125/2022: relevância das questões de direito federal.....	994
	VI – Caracterização da relevância da questão federal.....	995
	VII – Relevância e valor da causa.....	996
	VIII – Relevância a demonstrar e relevância presumida.....	996
	IX – Direito intertemporal.....	997
835.	Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988.....	998
836.	Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	999
836-A.	Juízo de cassação e juízo de reexame, no âmbito do recurso especial. Controle de constitucionalidade.....	1004
837.	Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial.....	1005
838.	Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	1006
839.	Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	1006
840.	Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário.....	1007
840-A.	Cabimento de recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial.....	1008
840-B.	Reclamação concomitante ao recurso extraordinário.....	1009
841.	Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário.....	1010
842.	Recurso especial e recurso extraordinário adesivo.....	1010

§ 86.	Recursos especial e extraordinário repetitivos	1014
843.	Introdução.....	1014
844.	Os recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1014
845.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem	1016
	I – Iniciativa do procedimento.....	1016
	II – Escolha dos recursos representativos.....	1016
	III – Suspensão e retenção dos recursos que versem sobre causa idêntica	1016
	IV – Decisão em torno da suspensão do processamento dos recursos extraordinário e especial, dentro do regime repetitivo. Recorribilidade.....	1017
	V – Recurso contra a decisão de sobrestamento de recurso intempestivo	1018
	VI – Não vinculação da Corte Superior aos recursos escolhidos pelo tribunal local.....	1018
846.	Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais.....	1019
847.	Desistência do recurso-padrão.....	1019
848.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF.....	1020
	I – Decisão de afetação.....	1020
	II – Não afetação dos recursos selecionados	1021
	III – Prevenção do Ministro relator.....	1021
	IV – Prazo para julgamento dos recursos afetados	1021
	V – Existência de várias questões de direito nos recursos requisitados aos presidentes ou vice-presidentes dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais.....	1022
	VI – Ausência de identidade entre a questão afetada e a discutida no recurso especial ou extraordinário suspenso	1022
	VII – Outros poderes do relator na Corte Superior	1023
	VIII – Julgamento	1023
	IX – Diversas possibilidades do julgamento dos recursos repetitivos.....	1024
	X – Síntese esquemática das etapas do processamento e julgamento dos recursos repetitivos	1024
848.A.	Procedimento regimental da tramitação do recurso especial repetitivo no STJ.....	1025
	I – Competência.....	1025
	II – Atribuições do Presidente do STJ e do Relator.....	1025
	III – Deliberações do Relator.....	1026
	IV – Julgamento dos repetitivos.....	1026
849.	Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas.....	1027
	I – Recursos sobrestados no STJ ou STF.....	1027
	II – Recursos sobrestados no tribunal de origem.....	1027
	III – Ampliação do juízo de revisão no tribunal de origem	1028
	IV – Processos sobrestados em primeira instância ou no tribunal de origem	1028
	V – Questão atinente à prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização	1029
	VI – Os recursos e os princípios da isonomia e da segurança jurídica.....	1029
849-A.	Revisão da tese firmada em recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1029
850.	Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição.....	1029
§ 87.	Agravo em recurso especial e extraordinário	1032
851.	O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1032
852.	Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem.....	1033
853.	Interposição e contraditório	1033
854.	Remessa à Corte Superior	1033

855.	Julgamento	1033
856.	Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	1033
§ 88.	Embargos de divergência no STF e no STJ	1036
857.	Embargos de divergência no STF e no STJ.....	1036
	I – Cabimento	1036
	II – Prazo	1037
	III – Comprovação da divergência	1037
	IV – Decisão de inadmissão do recurso.....	1037
	V – Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário	1037
858.	Alguns problemas superados pelo CPC/2015.....	1038
859.	Procedimento no STJ.....	1039
860.	Procedimento no STF.....	1040
§ 89.	O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores.....	1042
861.	Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos.....	1042
	I – Fundamentos do Estado Democrático de Direito	1042
	II – Evolução do reconhecimento da força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.....	1043
862.	Ampliação da força vinculante da jurisprudência	1045
§ 90.	Direito intertemporal em matéria de recursos	1046
863.	Posição do atual Código de Processo Civil.....	1046
864.	Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	1046
	I – Normas gerais	1046
	II – Observações particulares sobre o agravo de instrumento.....	1048
	III – Observações particulares sobre os embargos de declaração	1049
	IV – Instruções administrativas do STJ	1049
§ 91.	Disposições finais e transitórias	1050
865.	Direito intertemporal	1050
	I – Sistema adotado pelo CPC/2015.....	1050
	II – Recursos e processos de competência originária dos tribunais.....	1051
	III – Procedimentos recursais	1051
	IV – Honorários advocatícios sucumbenciais.....	1052
866.	Direito probatório.....	1052
867.	Procedimento comum como regra geral	1052
868.	Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica.....	1053
869.	Execução contra devedor insolvente	1053
870.	Atos processuais eletrônicos e certificação digital.....	1053
871.	Trânsito em julgado de questões prejudiciais.....	1054
872.	Depósito judicial	1054
873.	Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1054
874.	Procedimentos dos juizados especiais cíveis	1055
875.	Embargos de declaração da Justiça Eleitoral	1055
876.	Alteração do Código Civil	1056
877.	Conselho Nacional de Justiça.....	1056
878.	Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal.....	1056

879.	Instituição do reconhecimento extrajudicial de usucapião	1056
879-A.	Alguns detalhes do procedimento extrajudicial de reconhecimento de usucapião	1058
880.	Revogação de disposições existentes em outras leis	1059
881.	Situação especial em relação ao Código Civil	1064
882.	Pré-eficácia do Código de Processo Civil de 2015	1065
Bibliografia		1067
Índice dos Fluxogramas		1097